Aquicultura Industrial: melhor produção, melhor nutrição, melhor meio ambiente, melhor qualidade de vida?



A agenda da Transformação Azul deixa oceanos, águas e povos pescadores para trás







Cite como: World Forum of Fisher Peoples (WFFP). 2026. Industrial Aquaculture: Better Production, Better Nutrition, Better Environment, and Better Life? The Blue Transformation's Agenda Leaves Ocean, Waters, and Fisher Peoples Behind. World Forum of Fisher Peoples.

O conteúdo deste relatório pode ser citado ou reproduzido para fins não comerciais, desde que a fonte da informação seja devidamente citada. O WFFP agradeceria receber uma cópia ou um link do texto no qual este documento seja utilizado ou citado.

Adesão:







WORLD ALLIANCE OF MOBILE INDIGENOUS PEOPLES & PASTORALISTS





Contato: fish4foodsovereignty@proton.me, wffp.c.officer@gmail.com

Apoio











FIAN INTERNATIONAL



International Collective in Support of Fishworkers

Prefácio

A aquicultura industrial é um exemplo perfeito de respostas equivocadas para acabar com a fome na Economia Azul. Por quê? Porque a segurança alimentar não pode ser medida apenas pelo volume de produção. É preciso levar em conta: quem controla os recursos; quem se beneficia; quem arca com os riscos. Evidências provenientes de comunidades de pescadores mostram que a aquicultura industrial muitas vezes prejudica a segurança alimentar, os meios de subsistência e os ecossistemas, em vez de fortalecê-los. A aquicultura industrial causa: disseminação de doenças para populações de peixes silvestres, poluição e contaminação por plástico, conflitos territoriais e perda de acesso, apropriação de terras costeiras pelas elites, e a lista continua... E, fundamentalmente, ela depende de cadeias globalizadas de ração. [...] Em 2020, a indústria norueguesa do salmão utilizou aproximadamente 144.000 toneladas métricas de pequenos peixes pelágicos da África Ocidental — peixes que poderiam ter alimentado até 4 milhões de pessoas localmente. Trata-se de proteína extraída do Sul Global para abastecer mercados de luxo no Norte Global.[1] ***Isso não é segurança alimentar. Isso é expropriação nutricional.*** *Também destacamos que os projetos de aquicultura frequentemente entram em colapso assim que o financiamento externo chega ao fim, demonstrando incompatibilidade estrutural com a realidade dos meios de subsistência dos povos pesqueiros. Como afirmamos claramente: projetos de aquicultura fracassados deixam as comunidades mais vulneráveis. Então, mais uma vez, quem se beneficia? As corporações transnacionais. As indústrias de exportação. Os investidores financeiros. Quem perde? O oceano, a água e as comunidades pesqueiras, as mulheres no setor de pós-colheita, os jovens excluídos dos meios de subsistência e os consumidores de baixa renda. Por comida de verdade, justiça de verdade, sobrevivência de verdade, apoiem aqueles que realmente sustentam vocês e promovam mudanças sistêmicas em benefício de todos os pequenos produtores de alimentos.*

—Intervenção de Nadine Nembhard, copresidente do WFFP, na Conferência Acadêmica Internacional "Terra, Vida e Sociedade", antes da Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (ICARRD+20, Colômbia, 2026).



Agradecimentos

Aquicultura Industrial: melhor produção, melhor nutrição, melhor meio ambiente e melhor qualidade de vida? é o resultado de anos de solidariedade internacional, pesquisa coletiva e colaboração entre movimentos de pescadores; Povos Indígenas; comunidades pesqueiras costeiras, estuarinas e de águas interiores; pesquisadores; ativistas; e organizações aliadas em todo o mundo. Somos profundamente gratas aos líderes que, com coragem, compartilharam seus depoimentos e, por meio de suas contribuições para este relatório, aderiram à Luta Global contra a Aquicultura Industrial. Seus depoimentos revelam a realidade brutal imposta pela aquicultura industrial às comunidades pesqueiras, e sua indignação e resistência são o combustível que alimenta nosso trabalho. Este relatório foi viabilizado graças à participação e colaboração de organizações e movimentos em diferentes estudos de caso, incluindo:

- **Brasil:** Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil (MPP), Associação das Pescadoras e Marisqueiras do Povoado Porto do Mato, Colônia de Pescadores de Pendências, Comissão dos Pescadores de Pendências, Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR) e Associação Quilombola do Cumbe, Ceará. Agradecemos especialmente às lideranças de Sergipe, à comunidade quilombola de Cumbe e às comunidades de Pendências. Agradecemos a Edna Alencar, professora da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); a Cláudio Negrão, do Movimento dos Atingidos pelas Renováveis (MAR); e a Beatriz Costa, analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
- **Canadá e Estados Unidos:** Healthy Bays Network, membros tribais Passamaquoddy, Greenhorns, e Springtide Seaweed.
- **Chile:** Asamblea de Mujeres Insulares por el Agua e Slow Food Chile, organizações da comunidade Mapuche-Huilliche Pepiukelen de Pargua e Huilli Lafkén Hueichán, pescadoras artesanais do Estuário do Reloncaví e Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI) - (Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas).
- **Colômbia:** Pesquisadora da Humboldt Universität zu Berlin .
- **Gâmbia:** Associação Nacional de Operadores da Pesca Artesanal (NAAFO).
- **Indonésia:** Associação Indonésia de Pescadoras (PPNI) e comunidade Karimunjawa.
- **Senegal:** Coletivo Nacional dos Pescadores Artesanais do Senegal (CNPS), a Coalizão contra as Fábricas de Farinha e Óleo de Peixe e a TAXAWU CAYAR.
- **Sri Lanka:** Movimento Nacional de Solidariedade à Pesca (NAFSO) e a população de Vidataltivu.
- **Tailândia:** Fundação para o Desenvolvimento Sustentável (SDF) e a comunidade de Ban Pred Nai.

Agradecemos a todos os membros do Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP) e a todos os movimentos participantes do Fórum Global Nyéléni. Agradecemos também à Aliança Marinha Norte-Americana (NAMA), ao Instituto Transnacional (TNI), à FIAN Internacional e à Foodrise, bem como aos pesquisadores do Instituto Helmholtz de Biodiversidade Marinha Funcional (HIFMB) e da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Agradecemos imensamente a Siddharth Chakravarty, Carsten Pedersen, Kimberley Peters, Ana María Suárez Franco e Yukari Sekine pela revisão cuidadosa do relatório e pelos comentários, sugestões e orientações valiosas em diferentes etapas do processo de elaboração. Agradecemos a Este Narváez pela diagramação final do relatório. Gratidão infinita aos tradutores do relatório Julia França, Eduardo Simas e Iván Rodriguez.

Assim como os impactos da aquicultura industrial não se limitam aos locais onde suas atividades estão estabelecidas, o mesmo ocorre com a resistência contra ela. Essa rede de solidariedade conecta comunidades e movimentos de diferentes partes do mundo, unindo as lutas locais e fortalecendo-as. Atravessando fronteiras e territórios, essa resistência se ergue com o punho cerrado, levando adiante a luta pela libertação dos povos, pela defesa de seus territórios e modos de vida e pela soberania alimentar.

Sumário

Prefácio 3

Agradecimentos 4

Mensagens principais 6

Introdução 9

Transformação Azul. 11

Financiando a Transformação Azul, as Diretrizes para a Pesca Artesanal da ONU e as Diretrizes da Aquiculturas 12

Marco Conceitual 14

Análises 15

Melhor Produção? 15

Melhor Nutrição? 20

Melhor Meio Ambiente? 27

Melhor Qualidade de Vida? 34

Conclusão 40

Notas Finais 42



Mensagens principais

- **Os Quatro Melhores?** O Programa de Transformação Azul da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) promove a expansão e a intensificação da aquicultura industrial, com a meta de um aumento de 35% na produção até 2030 e mais 19% (33 milhões de toneladas) até 2050. Embora o programa prometa "quatro melhorias" — melhor produção, nutrição, meio ambiente e qualidade de vida, sem deixar ninguém para trás —, relatos de dez casos de países na América Latina, América do Norte, África e Ásia-Pacífico revelam a piora dos princípios organizacionais da FAO.
- **Desmascarando a narrativa da "transformação":** As evidências apresentadas expõem os danos sociais e ambientais causados pela aquicultura industrial. Elas revelam como a "Transformação Azul" está legitimando, institucionalizando e consolidando ainda mais o mesmo modelo extrativista que vem sendo promovido nas últimas cinco décadas.
- **Concentração de riqueza e reprodução de desigualdades:** Embora alegue atender aos pobres, a aquicultura industrial voltada para a exportação está, na verdade, concentrando a riqueza nas mãos de poucos, a saber, empresas transnacionais e elites. Impulsionada por capital estrangeiro e nacional proveniente de investimentos públicos e privados, a concentração de riqueza ocorre por meio da apropriação de bens comuns consuetudinários, da exploração dos trabalhadores e da destruição da natureza. Comunidades e ecossistemas em diversas localidades inseridas nas cadeias globais de abastecimento têm sofrido os efeitos cumulativos da conversão dos sistemas alimentares locais, da transferência dos riscos para os trabalhadores e da destruição ecológica e contaminação decorrentes da expansão da aquicultura industrial.

- **Expropriação nutricional:** A aquicultura industrial não está resolvendo a fome nem contribuindo para dietas saudáveis; ao contrário, leva à expropriação, por meio da qual as proteínas acessíveis são retiradas das comunidades locais e transferidas, por meio das cadeias de abastecimento de ração, para a produção de ração ou para consumidores em outros lugares. Pequenos peixes pelágicos, por exemplo – uma fonte primária de proteína para as populações costeiras e pescadoras – são transformados em farinha de peixe e óleo para a criação de espécies em cativeiro destinadas aos mercados de exportação. O resultado é a violação do direito à alimentação e à nutrição, o enfraquecimento dos modos de vida da pesca artesanal e o agravamento das pressões sobre a terra, a água e o mar.
- **Destruição de ecossistemas e sistemas alimentares:** A expansão da aquicultura industrial levou ao enfraquecimento dos sistemas tradicionais de governança, afetando territórios que abrangem manguezais, águas interiores e mares costeiros. Isso ameaça as ecologias que sustentam diversos sistemas alimentares e servem de base à biodiversidade. Os bens comuns são cercados e convertidos em locais de produção privados. Efluentes contaminados com produtos químicos, pesticidas e medicamentos salinizam os solos e causam eutrofização nas águas, afetando gravemente a saúde e os meios de subsistência dos oceanos, das águas e das comunidades pesqueiras. O que está sendo destruído e ameaçado não são apenas os ecossistemas e a biodiversidade, mas também a reprodução dos modos de vida e das tradições pesqueiras.

- **Violações dos direitos humanos:** As concessões, licenças, incentivos econômicos e reformas relacionadas à aquicultura industrial transferem bens comuns consuetudinários e territórios para o Estado e o capital privado, com impactos desiguais sobre as Povos ndígenas, rurais e urbanas em situação de pobreza. As mulheres que atuam no processamento e no comércio de peixes são sistematicamente superadas em licitações e deslocadas nesses processos.

A violência costuma ser racializada, baseada em castas e marcada por questões de gênero, aprofundando as desigualdades, inclusive entre e dentro das áreas rurais e urbanas. As comunidades que resistem à privatização enfrentam violações dos direitos humanos e criminalização, enquanto os trabalhadores precários do setor pesqueiro sofrem com regimes de trabalho exploradores e exposição a poluentes tóxicos. A exploração das pessoas e da natureza não é algo acidental na aquicultura industrial, mas parte integrante de seu modelo de negócios, que se baseia na lucratividade e na expansão.

- **Violação de obrigações:** A tentativa de reformular os danos complexos causados pela aquicultura industrial por meio das Diretrizes para a Aquicultura Sustentável (GSA) e de outros esquemas de certificação, enquadrando-os como problemas de sustentabilidade que aguardam soluções técnicas, ignora os impactos sociais e ambientais contínuos e históricos. Ao mesmo tempo, a implementação das Diretrizes Voluntárias para Garantir a Pesca de Pequena Escala Sustentável no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza (Diretrizes SSF) continua, em grande parte, sem ser aplicada e implementada. As Diretrizes SSF destacam uma abordagem baseada nos direitos humanos para a governança e gestão da pesca, com compromissos para proteger os direitos consuetudinários de posse e uso do oceano, das águas e dos pescadores, bem como de seus territórios e pescarias. Da mesma forma, os governos não têm cumprido os compromissos e obrigações previstos na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham nas Áreas Rurais (UNDROP) e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP). Essas declarações fornecem estruturas fundamentais para a defesa dos direitos, territórios e modos de vida de camponeses, povos indígenas e outras comunidades rurais e pesqueiras, bem como para o avanço da soberania alimentar, da agroecologia e da aquaecologia diante da apropriação de terras e oceanos e do desapossamento impulsionados por instituições financeiras globais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os casos aqui documentados, bem como décadas de evidências da violência e da destruição causadas pelo setor, mostram que essas obrigações continuam sem ser cumpridas. São necessários esforços urgentes para garantir a implementação de salvaguardas sociais e ambientais. Nós devemos insistir que nossos governos cumpram seus compromissos em implementar a UNDROP e UNDRIP.

- **Existem alternativas:** Os povos dos oceanos, das águas e pescadores, com suas atividades de pesca artesanal, trabalham em harmonia com a natureza e são essenciais para a alimentação saudável e a nutrição de milhões de pessoas. Conforme destacado no relatório “Estado da Pesca e da Aquicultura Mundial 2026” (SOFIA), a pesca em pequena escala é responsável por 90% dos empregos na pesca de captura e sustenta os meios de subsistência de pelo menos 500 milhões de pessoas. A solução para atingir as metas da FAO de alimentar a população deve estar enraizada na pesca em pequena escala, tradicional e artesanal.
- **Pilares da soberania alimentar:** As demandas do movimento global dos pescadores são claras e vêm sendo defendidas há décadas. Elas se baseiam nos seis pilares da soberania alimentar: priorizar a alimentação das pessoas, valorizar os produtores de alimentos, localizar os sistemas alimentares, colocar o controle nas mãos da comunidade local, aproveitar os conhecimentos e habilidades tradicionais e trabalhar em harmonia com a natureza. Uma agenda política para a soberania alimentar deve:
  - Reconhecer, restaurar e proteger os direitos consuetudinários e de posse dos povos do mar, das águas e dos pescadores;
  - *Reverter* o avanço do setor, devolvendo às comunidades despossuídas os espaços costeiros, ribeirinhos e marinhos que foram ocupados para a aquicultura;

- Redistribuir os direitos de posse, acabando com a concentração de benefícios em suas diversas formas e devolvendo o acesso aos bens comuns consuetudinários aos povos afetados;
- Acabar com a expansão da aquicultura industrial e mobilizar-se contra a violência, os assassinatos e a criminalização dos oceanos, das águas e dos pescadores, bem como dos trabalhadores da indústria;
- Resistir à apropriação e à destruição dos bens comuns consuetudinários, à violência de gênero na produção e no processamento, à violência contra os Povos Indígenas e à exploração dos trabalhadores nos sistemas alimentares globalizados; e,
- Trabalhar com o oceano, as águas e os povos pesqueiros para regenerar o que foi destruído, seguindo suas práticas territoriais e coletivas de cura e defendendo sua autonomia.

- **Construindo a solidariedade internacional:** os movimentos de soberania alimentar e justiça social, por meio da Agenda de Ação Política Comum (CPAA) de Nyéléni, comprometeram-se com uma agenda internacionalista e de solidariedade. Isso situa a luta contra a aquicultura industrial ao lado de outras formas de violência capitalista e compromete os movimentos com a ação coletiva contra as estruturas políticas que sustentam a opressão.
- **Governos cúmplices ou transformação real?** O que está em jogo no Comitê de Pesca da FAO (COFI 37) e na Cúpula da Pesca de Pequena Escala (Cúpula da SSF) não é uma orientação melhor para um setor cuja expansão depende da violência. Trata-se de saber se os governos darão ouvidos aos movimentos globais pela soberania alimentar e pelos pescadores e farão valer os direitos humanos que reconheceram e se comprometeram a defender, ou se permanecerão cúmplices e continuarão lucrando com sua violação.



Introdução

O Relatório sobre a Situação Mundial da Pesca e da Aquicultura (SOFIA)[2] *descreve uma mudança contínua na produção global de alimentos aquáticos, com uma transição da pesca de captura para a aquicultura. Embora o SOFIA indique que a pesca de captura tenha permanecido relativamente estável por mais de quatro décadas, a aquicultura expandiu-se intensamente e agora fornece mais da metade dos animais aquáticos produzidos globalmente.*[3] Grande parte desse crescimento provém da aquicultura em água doce, particularmente em sistemas continentais, paralelamente à expansão contínua da aquicultura marinha e costeira. Os produtos aquáticos estão entre as commodities alimentícias mais comercializadas, com a aquicultura voltada para a exportação concentrada em um pequeno número de espécies comercialmente importantes. No relatório da SOFIA, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apresenta essa expansão como fundamental para "alimentar uma população mundial em crescimento", projetando que a produção de alimentos de origem animal pela aquicultura precisarão se expandir e intensificar em 35% até 2030 e mais 19% (33 milhões toneladas) até 2050.[4] A retórica do crescimento prevalece, deixando de lado as medidas de proteção à sustentabilidade social e ambiental. Esse foco exclusivo na produção está visivelmente ausente do próprio relatório da FAO *A Situação da Segurança Alimentar e Nutricional do Mundo em 2026*[5], que afirma que o maior obstáculo para acabar com a fome não é mais a disponibilidade, mas a acessibilidade. No entanto, será que o aumento da produção está levando à redução dos preços? Uma alimentação saudável continua fora do alcance de 2,7 bilhões de pessoas em todo o mundo.

O que as projeções da FAO não mencionam é como, em todo o mundo, a aquicultura industrial está deslocando comunidades pesqueiras, contaminando e destruindo bens comuns tradicionais, consolidando a propriedade da produção de frutos do mar e inundando os mercados com espécies de criação. Tudo isso depende do esgotamento das populações de peixes pelágicos e da conversão de terras em monoculturas para o cultivo de ração para peixes de criação, utilizando uma captura que, de outra forma, poderia alimentar diretamente as pessoas.[6] As evidências do impacto nocivo da aquicultura industrial sobre as pessoas e a natureza não são novidade. Décadas de relatórios, processos judiciais e resistência revelam que a aquicultura industrial não é uma solução para a fome; é uma afronta à **soberania alimentar.**[7,8,9] A soberania alimentar é entendida como a concretização de seis pilares interligados: 1) alimentação das pessoas; 2) valoriza os produtores de alimentos; 3) baseia-se em sistemas alimentares localizados; 4) coloca o controle sobre os territórios terrestres e aquáticos nas mãos da comunidade local; 5) desenvolvimento de conhecimentos e habilidades a partir de formas tradicionais e consuetudinárias de sabedoria; e 6) trabalhando em harmonia com a natureza.[10]

Neste relatório, a aquicultura industrial é definida como a criação intensiva de animais aquáticos em fazendas de monocultura, tanques, gaiolas e redes. Esses sistemas dependem do aumento artificial da capacidade de suporte do ambiente de criação para maximizar a produtividade por meio de métodos de manejo "científico-técnicos". Isso inclui o uso de uma série de insumos farmacêuticos, rações formuladas e alevinos produzidos em incubatórios. Na maioria dos casos, o uso de medicamentos, incluindo antibióticos proibidos, é uma prática comum. As águas rica em nutrientes, resultantes de fezes de peixes e ração não consumida, bem como as águas contaminadas por doenças utilizadas para limpar os ambientes de criação, são descarregadas diretamente nas águas circundantes.

---

[i] Para mais informações sobre a campanha global, visite: https://wffp-web.org/campaigns/global-fight-against-industrial-aquaculture/

Isso induz desequilíbrios na composição química natural das águas costeiras, afetando as populações de peixes e as emissões de gases de efeito estufa. A produção é amplamente voltada para a exportação e controlada por um pequeno número de corporações que são proprietárias das fazendas e/ou dos fornecedores de insumos.[11, 12] Nesse contexto, o Fórum Mundial dos Pescadores (WFFP), a La Via Campesina (LVC), a Marcha Mundial das Mulheres (WMW), o Fórum Mundial dos Pescadores e Trabalhadores do Setor Pesqueiro (WFF), o Conselho Internacional dos Tratados Indígenas (IITC), o Movimento Popular pela Saúde (PHM) e membros do Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (IPC) uniram forças para endossar uma campanha política comum — de resistência à expansão da aquicultura industrial — que foi lançada no Fórum Global Nyeleni 2025 e consolidada na Agenda de Ação Política Comum do Fórum (CPAA).[13] A campanha faz parte da luta conjunta pela soberania alimentar nas águas, rios, oceanos e terras.[i]

Aquicultura Industrial: melhor produção, melhor nutrição, melhor meio ambiente e melhor qualidade de vida? foi desenvolvido em estreita colaboração com pescadores e comunidades costeiras de dez países em quatro regiões: América Latina (Brasil, Chile, Colômbia), América do Norte (Canadá, Estados Unidos), África (Gâmbia, Senegal) e Ásia-Pacífico (Indonésia, Sri Lanka, Tailândia). O relatório baseia-se em uma pesquisa-ação participativa realizada com as comunidades afetadas entre 2025 e 2026, incluindo entrevistas, reuniões comunitárias e intercâmbios com pesquisadores e instituições de pesquisa, além de depoimentos, relatórios, comentários e artigos anteriores. Ele reflete um esforço coletivo envolvendo organizações de pescadores, movimentos sociais, Povos Indígenas, pesquisadores e organizações da sociedade civil em todo o mundo.[ii] Este relatório baseia sua análise nas experiências vividas pelas comunidades pesqueiras, questionando a agenda da Transformação Azul da FAO com depoimentos daqueles cujos territórios e meios de subsistência foram destruídos pela expansão da aquicultura industrial.

Aquicultura Industrial: melhor produção, melhor nutrição, melhor meio ambiente e melhor qualidade de vida? serve tanto como testemunho quanto como ferramenta de defesa, questionando e cobrando responsabilidade dos atores públicos e privados que impulsionam a agenda da Transformação Azul. Seu lançamento foi programado para contribuir com as discussões no Comitê de Pesca da FAO (COFI), que emite recomendações e avalia a trajetória futura do Quadro Estratégico 2022–2031 da FAO, conforme definido pelo Roteiro da Transformação Azul (2022–2030).[14] Este relatório também tem como objetivo contribuir para os debates da Cúpula da Pesca de Artesanal (Cúpula da SSF) de 2026, que reúne organizações de pescadores, instituições de pesquisa e governos com o objetivo de promover a implementação das Diretrizes para Garantir a Sustentabilidade da Pesca Artesanal no Contexto da Segurança Alimentar e da Erradicação da Pobreza (Diretrizes SSF).[15]

O relatório começa apresentando o contexto, os objetivos e o financiamento por trás da Transformação Azul, antes de abordar um quadro analítico que examina como suas ações e compromissos estão organizados em torno dos Quatro “Melhores” da FAO: Melhor Produção, Melhor Nutrição, Melhor Meio Ambiente e Melhor Qualidade de Vida — sem deixar ninguém para trás. Cada um desses “Quatro Melhores” é então comparado a casos e depoimentos coletados em dez países, com foco em sistemas de aquicultura em águas salobras, costeiras e oceânicas. O relatório conclui apresentando as demandas e propostas concretas apresentadas pelos movimentos sociais e organizações da sociedade civil engajados na Luta Global contra a Aquicultura Industrial.

Para mais detalhes sobre os casos e depoimentos, consulte a “Parte 2: Evidências”.[iii] A menos que tenha sido explicitamente solicitado pelos participantes, tornamos os depoimentos anônimos para garantir sua confidencialidade e segurança.

---

[i]ii Todos os casos estarão disponíveis no site do Fórum Mundial dos Povos Pescadores: https://wffp-web.org

[iii] Você pode encontrar a Parte II: "Relatório de evidências" em: https://wffp-web.org/campaigns/global-fight-against-industrialaquaculture.

Transformação Azul

Em 2021, a Declaração para Pesca e Aquicultura Sustentável do Comitê sobre a Pesca (COFI)[16] comemorou o 25º aniversário do Código de Conduta para a Pesca Responsável com o objetivo de reconhecer as conquistas nas áreas da pesca e da aquicultura e de reunir "um impulso coletivo para identificar e enfrentar os desafios e oportunidades que temos pela frente, a fim de garantir a sustentabilidade de longo prazo do setor".[17] A Declaração reconhece o compromisso da FAO com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável para 2030 para acabar com a pobreza e a fome em todo o mundo, ressaltando a necessidade de garantir que o setor se desenvolva de maneira sustentável e de forma a contribuir para a redução da pobreza, a garantia dos meios de subsistência e a segurança alimentar. A conclusão da Declaração afirma que ela:

> *apoia uma visão dinâmica e positiva para a pesca e a aquicultura no século XXI, na qual o setor seja plenamente reconhecido por sua contribuição no combate à pobreza, à fome e à desnutrição, por sua capacidade de se preparar e responder às mudanças climáticas e às condições oceânicas, e por seu compromisso com a sustentabilidade. Recomendamos que o desenvolvimento dessa nova visão... seja colocado sob a coordenação do COFI, como principal fórum global para discussões e decisões sobre questões relacionadas à pesca e à aquicultura, a fim de fortalecer ainda mais as soluções participativas e baseadas na ciência*[18]

Seguindo esse mandato, a FAO vem reorientando sua agenda de pesca e aquicultura em torno da "Visão da Transformação Azul"[19] posicionando os alimentos aquáticos como fundamentais para a segurança alimentar global, a nutrição e o crescimento econômico, e conectando os sistemas alimentares aquáticos aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).[20] Essa visão foi desenvolvida pela Divisão de Pesca e Aquicultura da FAO e colocada em prática por meio do Roteiro para a Transformação Azul 2022–2030[21] O Roteiro afirma que os problemas enfrentados pelo sistema alimentar global são causados pela fome e pela desnutrição, pelas mudanças climáticas e ambientais e pelo aumento da demanda decorrente do crescimento populacional. O Roteiro defende que essas questões podem ser resolvidas por meio do desenvolvimento e da expansão dos sistemas alimentares aquáticos.[22] Isso é buscado por meio do estabelecimento de ações prioritárias em três pilares: 1) expansão sustentável da aquicultura, 2) gestão eficaz da pesca e 3) fortalecimento das cadeias de valor dos alimentos aquáticos.

Para os fins deste relatório, nos concentramos na aquicultura, juntamente com sua gestão e cadeias de valor. O Roteiro tem como meta um aumento de pelo menos 35% na produção aquícola entre 2022 e 2030, impulsionado por investimentos públicos e privados, inovação tecnológica, intensificação da produção e reformas nas políticas nacionais. A FAO não é a única instituição que promove a aquicultura. A rápida expansão do setor faz parte de uma economia política mais ampla impulsionada por governos, instituições financeiras multilaterais, capital privado, indústria, organizações filantrópicas e redes de pesquisa[24]

Quadro 1. O que é o Comitê de Pesca - (COFI)?

O COFI é o principal órgão intergovernamental da FAO para a pesca e a aquicultura, servindo como fórum onde as políticas são debatidas e adotadas, enquanto o Subcomitê de Aquicultura do COFI se concentra nas discussões técnicas e políticas especificamente voltadas para a intensificação e a expansão da aquicultura. Juntos, eles criam uma estrutura institucional que orienta governos nacionais, instituições financeiras e parceiros internacionais na implementação da agenda da Transformação Azul.

Financiamento da Transformação Azul, as Diretrizes da ONU para a Pesca em Pequena Escala e as Diretrizes para a Aquicultura Sustentável (GSA)

O Roteiro[25] identifica que as *Diretrizes Voluntárias para Assegurar a Pesca Sustentável em Pequena Escala (Diretrizes SSF)*[26] como um dos princípios orientadores da Transformação Azul. No entanto, os dados financeiros apresentados no relatório SOFIA 2026 sugerem que a implementação receba apenas uma porção limitada do apoio financeiro.[27] The FAO made twelve commitments at the UN Ocean Conference 2025, totalling USD 275 million, plus additional in-kind funding for the delivery of the *Blue Transformation*.[28] Entre eles está o compromisso de fortalecer a implementação das Diretrizes para a Pesca Artesanal (SSF) por meio dos Planos Nacionais de Ação (PNA), do desenvolvimento de capacidades e da gestão da pesca, a fim de apoiar as organizações de pescadores e trabalhadores do setor pesqueiro. No entanto, foram alocados apenas 9 milhões de dólares, com prazo até 2027, para apoiar esse compromisso, o que representa 3,27% do total dos compromissos. Em contrapartida, a aquicultura é explicitamente mencionada em dois compromissos: US$ 3 milhões para promover a implementação das Diretrizes para Aquicultura Sustentável (GSA)[29] até 2026, e US$ 50 milhões destinados à melhoria da sustentabilidade da pesca e da aquicultura no Mediterrâneo e no Mar Negro até 2030.[30] Não há transparência quanto ao financiamento proveniente de contribuições voluntárias de estados e atores privados; no entanto, os compromissos divulgados ilustram as disparidades impressionantes entre os setores.[31] Isso levanta questões importantes sobre a coerência entre os compromissos políticos declarados pela FAO e as prioridades financeiras que sustentam a implementação da agenda da Transformação Azul.

Nesse sentido, tem havido um esforço no âmbito da agenda da Transformação Azul de deixar de lado as Diretrizes para a Pesca de Artesanal (SSF) e concentrar-se, em vez disso, na implementação das GSA, aprovado pelos Estados-membros da FAO durante a 36ª Sessão do Comitê de Pesca (COFI 36), em 2024.[32] As GSA oferecem recomendações sobre planejamento, licenciamento, financiamento, monitoramento e governança para o crescimento sustentável do setor de aquicultura, como parte do Roteiro da FAO. A abordagem das GSA consiste em transformar questões relacionadas à aquicultura industrial em problemas técnicos que possam ser "resolvidos" por meio da implementação de normas voluntárias de sustentabilidade. É importante ressaltar que o processo que levou à elaboração da GSA foi impulsionado pelos Estados-membros, com apenas uma consulta limitada a grupos da sociedade civil. O processo seguiu a visão da Transformação Azul de '*intensificação e expansão sustentáveis da aquicultura*',[33] servindo aos interesses econômicos de atores industriais. Essa abordagem de cima para baixo contrasta com a abordagem participativa de baixo para cima que levou à elaboração e adoção das Diretrizes da SSF.[34] Ainda em 2022, o Grupo de Trabalho sobre a Pesca do Comitê Internacional de Planejamento para a Soberania Alimentar (IPC)[35] ançou uma declaração na 35ª sessão do COFI (2022) denunciando a aquicultura industrial como uma falsa solução para a crise alimentar:

Com o objetivo de promover o desenvolvimento da aquicultura, as empresas transnacionais — apoiadas por reformas políticas e subsídios em nível nacional — continuam a se apropriar de nossas terras, territórios aquáticos e recursos pesqueiros. Os volumes de peixes capturados na natureza e de produtos de origem vegetal, como a soja, necessários para alimentar a indústria da aquicultura em rápido crescimento, simplesmente não são sustentáveis. Além disso, a cadeia de valor voltada para a exportação, que atende principalmente consumidores de renda média e alta, não fornece alimentos para nossas comunidades.

O consumo de energia para a produção de ração e o transporte de commodities também está em desacordo com as metas climáticas globais. É por esses motivos que discordamos da alegação de que a aquicultura industrial seja uma solução sustentável para a crise alimentar. Por isso, apelamos aos membros do COFI para que reconsiderem seriamente os planos de expansão da aquicultura industrial e, em vez disso, trabalhem conosco, pescadores artesanais e Povos Indígenas, para apoiar e promover cadeias de valor localizadas da pesca artesanal (SSF), que podem fornecer alimentos saudáveis e acessíveis às comunidades. Também apelamos aos nossos governos para que revertam projetos prejudiciais de aquicultura e restaurem nossos direitos tradicionais e consuetudinários sobre territórios e recursos pesqueiros.[36]

Em vez de levar a sério a proposta do Grupo de Trabalho sobre Pesca do IPC e as décadas de resistência e mobilização contra a aquicultura industrial, a elaboração do GSA prosseguiu, com o texto final reconhecendo apenas que "alguns desses desenvolvimentos [da aquicultura] causaram impactos sociais e ambientais indesejáveis, levando a conflitos entre usuários da terra, da água e dos recursos aquáticos vivos, e afetando negativamente o ambiente aquático, sua biodiversidade e seus valiosos serviços ecossistêmicos. Em particular, persistem preocupações quanto à destruição e modificação de habitats; ao uso irresponsável e não regulamentado de produtos químicos e medicamentos veterinários; ao impacto de peixes fugitivos sobre os estoques de peixes silvestres; e ao uso de ingredientes de ração que não são de origem sustentável.[37] The above also presents the idea that these 'undesirable' impacts come from nowhere and at worst that land, ocean and water peoples are themselves responsible, ignoring the political economies driving all this harm. O texto acima também sugere que esses impactos "indesejáveis" surgem do nada e, na pior das hipóteses, que os próprios povos da terra, do mar e da água são os responsáveis por eles, ignorando as economias políticas que estão por trás de todos esses danos. A GSA se baseia em parte na linguagem da SSF e nas Diretrizes de Posse da Terra, Acesso a recursos de Floresta e Pesca,,[38] mas se baseia nos princípios dos direitos humanos para proteger a propriedade privada e o capital. Além disso, a GSA não faz nenhuma menção explícita às Diretrizes da SSF, enquadrando os direitos em termos de aprimoramento, responsabilidade social corporativa e promoção dos direitos dos atores envolvidos na aquicultura industrial, ao mesmo tempo em que desconsidera completamente os pescadores como titulares de direitos.[39] Em vez disso, menciona os direitos de "acesso à terra, à água e aos recursos naturais, sejam eles previstos em lei ou consuetudinários, pertencentes a indivíduos ou comunidades"[40] no contexto das regras de financiamento e investimento na aquicultura. Essa marginalização se estende à própria cláusula de compatibilidade do instrumento, que estabelece que "As GSA devem ser interpretadas e aplicadas de maneira responsável, em conformidade com os direitos e obrigações existentes nos termos do direito nacional e internacional, levando em consideração os compromissos voluntários assumidos nos termos dos instrumentos regionais e internacionais aplicáveis."[41]

As GSA não conseguem traduzir nenhum desses direitos em compromissos concretos para com os povos pesqueiros, deixando, assim, de abordar e lidar de forma significativa com a longa história de violações dos direitos humanos, a resistência à privatização e à destruição dos bens comuns consuetudinários, bem como a exploração trabalhista dos trabalhadores do setor. Além disso, as GSA defendem a integração da aquicultura com outros setores, em particular a agricultura, a energia e o turismo, como uma "solução" para que os "sistemas agrícolas locais e de pequena escala" contribuam para a segurança alimentar, a proteção da biodiversidade e a adaptação climática, sem levar em conta os desequilíbrios históricos de poder, as dinâmicas de mercado que impulsionam a expansão ou os riscos sociais e ambientais em jogo.[42] Em nível nacional, a FAO está apoiando os países a integrar as GSA ao desenvolvimento da aquicultura, às estratégias de investimento e aos planos, incorporando as GSA ao seu trabalho programático. Essa é uma situação bem diferente da implementação das Diretrizes para a Pesca de Pequeno Porte (SSF). As GSA contam com recursos financeiros concretos: um canal de financiamento por meio do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e uma parceria técnica com universidades.[43] Isso revela que os compromissos voluntários só recebem apoio quando há vontade financeira e política para tal.



História da foto:

Daouda Ndiave: "Este lugar, antes movimentado, agora parece deserto. Por que isso acontece e que dificuldades vocês estão enfrentando?"

Maty Ndao: "Meu nome é Maty Ndao. Lidero esta unidade de processamento de pescado e faço parte da rede de mulheres processadoras de pescado de Kayar. Nosso principal problema é a escassez de peixe. Esta unidade já chegou a sustentar cerca de 325 mulheres, mas elas foram embora porque não há nada para processar. Grande parte do nosso pescado é destinada à produção de farinha de peixe para alimentar peixes de criação, aves, cães e outros animais no exterior"..

Mercado de frutos do mar vazio, Cayar, Senegal, 2026.

Marco Conceitual

O arcabouço conceitual deste relatório baseia-se no princípio organizacional da FAO, os Quatro Melhores: Melhor Produção, Melhor Nutrição, Melhor Meio Ambiente e Melhor Qualidade de Vida — sem deixar ninguém para trás.[iv] Esses objetivos foram estabelecidos no Quadro Estratégico da FAO para 2022–2031 e estão diretamente ligados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU — principalmente ODS 1 (Fim da Pobreza), ODS 2 (Fim da Fome) e ODS 10 (Redução das Desigualdades) —, bem como à agenda mais ampla dos ODS que sustenta a visão geral da FAO.[44] Os Quatro Melhores traduzem essa visão em um programa para sistemas alimentares sustentáveis, descrito como a transformação rumo a sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis.[45] Isso é organizado por meio das Áreas Prioritárias do Programa (PPAs), que abrangem diferentes vertentes dos setores de alimentação, agricultura e aquicultura e funcionam como os alicerces que conectam o trabalho da FAO à agenda dos ODS. A Transformação Azul está enquadrada na Melhor Produção como uma dessas PPAs, com uma declaração de resultados que apela por sistemas alimentares azuis mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, alcançados por meio de políticas e programas aprimorados para a gestão baseada na ciência, inovação tecnológica e engajamento do setor privado.[46]

Para este relatório, os “Quatro Melhores” funcionam tanto como narrativa abrangente quanto como lente analítica por meio da qual são examinados os impactos da aquicultura industrial sobre os povos pescadores, incluindo os Povos Indígenas. O relatório aplica esse quadro para colocar lado a lado duas coisas: 1) o que a agenda da Transformação Azul afirma que a aquicultura industrial deveria proporcionar em cada um dos “Melhores”, e 2) as experiências vividas pelas comunidades que convivem com a aquicultura industrial. Essa abordagem de dupla perspectiva nos permite questionar, para cada “Melhor”: em que pontos as afirmações das políticas da FAO e os relatos das comunidades se alinham, e em que pontos divergem — promovendo algo “melhor” ou tornando-o “pior”?

[iv] A visão da FAO é "um mundo livre da fome e da desnutrição, onde a alimentação e a agricultura contribuam para elevar os padrões de vida de todos, particularmente dos mais pobres, de maneira econômica, social e ambientalmente sustentável". Ver Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Quadro Estratégico 2022-31, 2021, 14. https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/29404c26-c71d-4982-a899- 77bdb2937eef/content.

Análises

Melhor Produção?

Melhor Produção busca “assegurar padrões sustentáveis de consumo e produção, através de cadeias de abastecimento agrícolas e alimentares eficientes e inclusivas em nível local, regional e global, garantindo sistemas agro-alimentares resilientes e sustentáveis em meio às mudanças climáticas e ambientais”.[47] Além disso, busca alcançar o objetivo de se ter “sistemas alimentares azuis mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis implementados através de políticas e programas aperfeiçoados para gestão integrada de base científica, inovação tecnológica e envolvimento do setor privado”.[49] De acordo com a FAO, 2022 marcou a primeira vez na história em que a aquicultura ultrapassou a pesca de captura como principal fonte de animais aquáticos. Além disso, a organização afirma que as pessoas estão consumindo mais alimentos aquáticos provenientes de fazendas do que da pesca.[50]

Evidências

Produção insustentável e prejudicial à saúde

No Chile, durante a ditadura de Pinochet (1973–1990), a aquicultura do salmão tornou-se um motor de integração nacional, desenvolvimento e geração de empregos na região, impulsionada pelo investimento estrangeiro, em particular de diversas empresas norueguesas do setor.[51, 52] Ao longo das décadas seguintes, o investimento público, o capital nacional, os investimentos internacionais e as aquisições realizadas por empresas multinacionais transformaram o Chile em um império global do salmão, tornando-o o segundo maior produtor mundial de salmão de criação desde 1992[53] (Noruega sendo o primeiro). Atualmente, o setor produz mais de 1 milhão de toneladas métricas de salmão por ano,[54] representando quase 35% da produção mundial de salmão.

O decreto Transformação Azul afirma promover a expansão da aquicultura integrada a uma gestão baseada na ciência; no entanto, no Chile, o setor opera sem restrições. Uma pescadora artesanal do Estuário do Reloncaví explica que a produção de salmão ocupa atualmente praticamente todos os ambientes aquáticos do sul do Chile, desde incubadoras de água doce e instalações de produção de smolts em rios e lagos até fazendas marinhas em jaulas de rede, barcos-tanque, barcaças de ração, fábricas de processamento, portos e redes logísticas que se estendem até a Patagônia.[55] Segundo a pescadora, a aquicultura industrial se estabeleceu “em todos os lugares onde há água”.[56]

O município de Pendências, no estado do Rio Grande do Norte, é uma das principais regiões produtoras de camarão do Brasil e abriga a Potiporã, a maior fazenda de recria de camarão do país, tanto em termos de produção quanto de área cultivada.[57] O município também abriga inúmeras outras fazendas de camarão localizadas ao longo do rio Piranhas-Açu e seus afluentes. Durante uma visita em julho de 2026, as experiências dos pescadores artesanais que vivem na região foram documentadas por membros do WFFP. O Programa de Interiorização da Carcinicultura, coordenado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em parceria com o Ministério da Pesca e da Aquicultura, a Federação de Agricultura e Pecuária do Rio Grande do Norte e outras instituições públicas, busca expandir a carcinicultura para municípios do interior, simplificando os procedimentos de licenciamento ambiental, reduzindo barreiras administrativas e oferecendo incentivos públicos.[58] O objetivo é recrutar 150 novos produtores, dando prioridade a propriedades com até 15 hectares. As medidas anunciadas incluem isenção das taxas estaduais de licenciamento ambiental, acesso facilitado ao crédito rural por meio de bancos públicos e o uso de maquinário municipal para a escavação de tanques de camarão. Como afirmou um representante do programa, “queremos facilitar a entrada dos pequenos produtores”, enquanto outro acrescentou que “os municípios podem fornecer o maquinário necessário para a escavação dos tanques”.

No entanto, segundo Cláudio Negrão, pesquisador que apoia o Movimento das Pessoas Afetadas por Projetos de Energia Renovável, a trajetória de empreendimentos na região sugere uma dinâmica diferente. O acesso mais fácil ao licenciamento ambiental, ao crédito subsidiado e aos incentivos públicos tende a estimular o estabelecimento de empreendimentos de pequena escala que, posteriormente, são absorvidos por grandes grupos empresariais, acelerando a concentração de terras e da produção. (Veja “Melhor Meio Ambiente?” para uma discussão sobre as inconsistências em torno dos esquemas de certificação de sustentabilidade.)

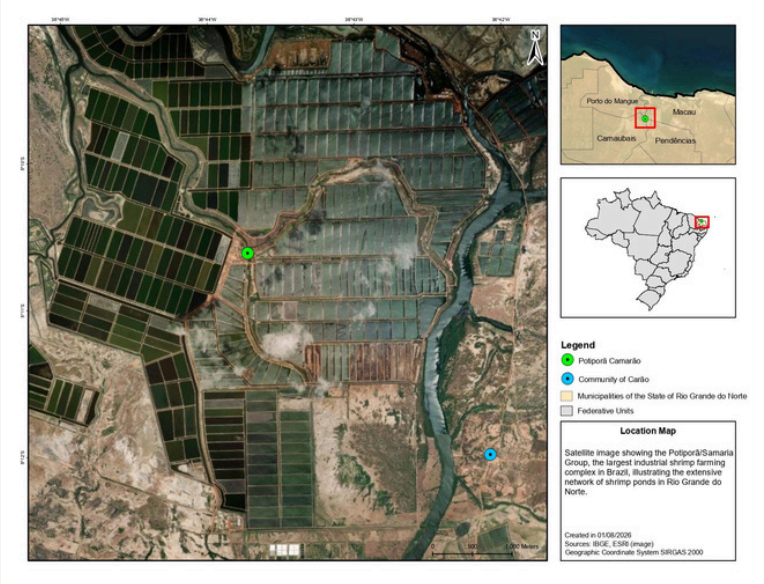


Imagem de satélite da fazenda de camarões de Potiporã.

Pessoas na Indonésia também testemunharam esse padrão de desenvolvimento insustentável e falta de envolvimento da comunidade. Musfarayani e Susan Herawatii, da Associação das Pescadoras da Indonésia (PPNI), apresentaram evidências da aquicultura intensiva de camarão, da destruição ambiental e da resistência da comunidade em Karimunjawa. Muitas áreas que antes eram produtivas fazendas de algas marinhas foram completamente danificadas pelos resíduos gerados pela aquicultura industrial.[59] As fábricas de processamento não aceitavam safras danificadas e, em determinado momento, o preço de mercado das algas marinhas despencou, deixando aldeias inteiras em dificuldades. As dificuldades econômicas mergulharam muitas famílias de pescadores na pobreza e forçaram algumas crianças a abandonar a escola. Esse episódio reflete as falhas do governo na implementação das regulamentações que regem a aquicultura industrial. Por exemplo, 238 tanques de aquicultura[60] foram construídas ilegalmente, sem a avaliação de impacto ambiental exigida pela Lei nº 32 de 2009, sobre Proteção e Gestão Ambiental.[61]

Membros da comunidade alegam que alguns operadores excederam ou não respeitaram os limites de carga poluente aplicáveis.[62] Na verdade, todas as operações de criação de camarões violam o Regulamento Regional de Planejamento Espacial de Jepara nº 4 de 2023,[63] que proíbe a maricultura e a aquicultura em águas salobras e de água doce em Karimunjawa. Por fim, devido à pressão das comunidades, o governo agiu cancelando licenças, proibindo a criação de camarões e punindo os infratores. Após o fechamento das fazendas, a qualidade da água começou a se recuperar, e alguns leitos de ervas marinhas e corais passaram lentamente a se regenerar, com trabalhos de restauração do ecossistema em andamento. Isso não teria acontecido se as comunidades não tivessem se mobilizado para denunciar a expansão insustentável da aquicultura industrial.

Produção de risco

Embora um dos resultados da iniciativa “Melhor Produção” seja que “o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para homens e mulheres sejam alcançados até 2030”, o que está acontecendo é exatamente o contrário. Enquanto a Cooke Aquaculture continua a dominar no Maine, nos EUA, a empresa alega oferecer empregos para regiões economicamente deprimidas; no entanto, conforme relatado por Trey Angera, um produtor de algas marinhas em Gouldsboro, no Maine, “300 empregos, alguns deles bem remunerados, não são nada comparados aos danos que causam em nossas águas. Além disso, os melhores empregos são para as pessoas enviadas pelas corporações, não para a população local”.

Em 2025, A Cooke Aquaculture adquiriu a AquaBounty,[64] a primeira empresa do mundo a solicitar e obter aprovação governamental para produzir e comercializar salmão geneticamente modificado. (Segundo a Cooke, a empresa não tem a intenção de produzir esse novo peixe, mas mantém a patente, que poderá ser aproveitada no momento oportuno.) Braydon Humphrey, ex-funcionário da AquaBounty, testemunhou o que descreveu como violações constantes segurança do trabalhador, bem-estar animal e violações de impactos ambientais. Seu depoimento está documentado no Relatório AquaBounty Exposed Report, Juntamente com 113 fotos e vídeos que ele fez de dentro das instalações da AquaBounty enquanto trabalhava lá.[65]

No Chile, a indústria do salmão também é frequentemente apresentada como uma importante fonte de emprego; no entanto, as entrevistas revelam profundas desigualdades entre executivos, profissionais técnicos e trabalhadores. As mulheres empregadas nas fábricas de processamento descrevem turnos longos e irregulares, metas de produção implacáveis e restrições aos intervalos para ir ao banheiro. De acordo com depoimentos e com o relatório do Instituto Dinamarquês de Direitos Humanos, intitulado "A Indústria do Salmão e os Direitos Humanos no Chile: Avaliação de Impacto em Todo o Setor", trabalhadoras relataram que algumas empresas restringem o número e a duração das pausas para ir ao banheiro durante o horário de trabalho, levantando preocupações quanto a condições sanitárias adequadas e ao direito à saúde.[66]

As grandes empresas do setor do salmão costumam terceirizar a manutenção subaquática, a limpeza das redes e as inspeções de infraestrutura para subcontratadas menores, criando cadeias complexas de responsabilidade que afastam as corporações que operam as fazendas da responsabilidade legal quando ocorrem acidentes[67] Marcela Ramos, da Slow Food Chile e da Assembléia de Mulheres Insulares e das Águas[v] , explica que os mergulhadores são frequentemente pressionados a trabalhar além das profundidades seguras de operação e observa que a Ecoceanos vem documentando acidentes fatais há muitos anos [68, 69] IEm julho de 2026, um mergulhador comercial de 27 anos morreu em uma fazenda da Mowi, elevando para dez o número total de mortes de trabalhadores na indústria do salmão do Chile desde o início do ano [70, 71] O mergulhador era funcionário da subcontratada Tridente. Apenas algumas semanas antes, outro jovem mergulhador, funcionário da mesma subcontratada, morreu enquanto trabalhava em fazendas ligadas à Mowi e à AquaChile.[72] Essas mortes reforçam os depoimentos[73] documentados, revelando que a subcontratação não é uma característica secundária do setor, mas sim um componente estrutural de seu modelo de trabalho, transferindo algumas das tarefas mais perigosas do setor para empreiteiras menores, ao mesmo tempo em que isenta as corporações — que, em última instância, controlam a produção — da responsabilidade por mortes no local de trabalho.



Cadáver em uma unidade de criação de salmão no sul do Chile, 2021. Relatado pela Ecoceanos. Foto: Marinha do Chile.

[v] A Assembleia de Mulheres Insulares pelas Águas (AMIPA) é uma organização de mulheres do Arquipélago de Chiloé que atua na defesa da soberania hídrica.

Em dezembro de 2025, o Chile promulgou a Lei nº 21.789, que instituiu um contrato de trabalho para mergulhadores, estabeleceu requisitos para protocolos de segurança no trabalho e esclareceu as responsabilidades nas relações de contratação e subcontratação.[74] No entanto, organizações sindicais e da sociedade civil alertaram que muitas das proteções e obrigações corporativas mais importantes foram deixadas para a fase de implementação dos regulamentos.[75] Antes da ratificação dessa lei, em 2022, a Suprema Corte do Chile confirmou uma decisão que determinava que a produtora de salmão Ivermar S.A. e a subcontratada Servicios Marítimos Playarmar Ltda. pagassem, em conjunto, aproximadamente USD $ 45.000 a título de indenização a um mergulhador que sofreu um acidente. Essa decisão foi relevante para o modelo de subcontratação do setor, pois a empresa que operava a fazenda de salmão foi considerada solidariamente responsável pelos ferimentos sofridos pelos mergulhadores da empresa subcontratada. [76]

Aumentar a produção subtraindo meios de subsistência

Na Colômbia, a aquicultura no Reservatório de Betânia teve início como uma forma alternativa de subsistência promovida pelos municípios da sub-região e pela empresa de energia (inicialmente administrada pela Central Hidrelétrica Betânia S.A. e posteriormente transferida para a Enel Colômbia S.A.) após sua construção, entre 1981 e 1987. Foram instaladas jaulas flutuantes para a criação da tilápia (Oreochromis niloticus).[77] A gestão do reservatório permitiu que os empresários delimitassem a área do reservatório por meio de arrendamentos de "parcelas aquáticas" para gaiolas flutuantes de piscicultura.[78] Os pequenos aquicultores e pescadores artesanais enfrentam restrições ao acesso às suas áreas de pesca, enquanto seus meios de subsistência e renda também estão ameaçados pela piora na qualidade da água. Em 2005, o plano de gestão do reservatório, liderado pela autoridade pesqueira, formalizou um esquema de zoneamento no qual as melhores áreas, ricas em oxigênio, foram destinadas à aquicultura, enquanto aos pescadores artesanais foram atribuídas áreas maiores, mas mais propensas ao acúmulo de sedimentos.[79] O zoneamento também incluiu regras de mobilidade, como uma zona tampão de 10 metros entre as margens e as gaiolas de aquicultura, restrições à circulação de canoas nas proximidades das gaiolas e a contratação de seguranças particulares para fazer cumprir esses limites. Desde a década de 2000, a aquicultura tem se expandido exponencialmente tanto em termos de produção quanto de exportações em Betânia[80], enquanto a pesca artesanal sofreu uma queda drástica. Os registros oficiais indicam 54 projetos de piscicultura, 838 gaiolas e uma produção anual de 22.000 toneladas — que variou de cerca de 70.000 t em 1975 a cerca de 11.000 t em 2015.[82]



Criação de tilápias no Reservatório de Betania, ao longo do rio Magdalena, na Colômbia.

O Estado do Alasca baniu a aquicultura de peixes em 1990 para proteger a economia local, as populações de peixes selvagens e o meio ambiente marinho. No entanto, corporações de pesca industrial como Cooke Aquaculture, controlam o mercado de salmão[83], diminuindo o preço do pescado selvagem e estimulando os jovens da região a abandonarem suas formas de vida tradicionais e suas culturas. Entre 1990 e 2020, a população do município de Bristol Bay, no Alasca, diminuiu 40%[85]

Na África Ocidental, Fatou Hadim Jobe, da Associação Nacional de Operadores da Pesca Artesanal (NAFO), testemunhou como o crescimento do processamento de farinha de peixe na Gâmbia e em toda a África Ocidental é impulsionado por cadeias de valor globais que envolvem fábricas de farinha de peixe de propriedade estrangeira, levando à degradação ambiental e à insegurança alimentar., As fábricas esgotam os estoques locais de peixes, afetando de forma desproporcional os grupos mais pobres, especialmente as mulheres, para atender às demandas dos consumidores abastados de outros países. De acordo com o depoimento da NAFO:

> *Os processos de produção de farinha de peixe estão afetando negativamente nossas mulheres. Teríamos peixe a um preço competitivo, mas, devido à concorrência da farinha de peixe, começamos a enfrentar dificuldades. Há alguns pescadores que vendem peixe para as fábricas antes de nos venderem, e estão vendendo para as fábricas a um preço mais competitivo. Não podemos competir com essas fábricas. Elas têm capital, nós não. Se recebermos qualquer ajuda, qualquer ajuda financeira, estamos prontos para aceitá-la. Essas fábricas podem oferecer de 10.000 a 20.000, enquanto nós só podemos oferecer de 4.000 a 5.000 dalasi. Os pescadores só vão procurar quem oferece o preço mais alto, mas essas fábricas assinam contratos com eles e lhes dão capital para saírem a pescar. Assim, quando capturam peixe, vendem para essas fábricas com prioridade.*

De acordo com o Collectif National des Pêcheurs Artisanaux du Sénégal (CNPS), as fábricas oferecem financiamento para motores, redes, combustível e dinheiro diretamente aos pescadores. Os acordos de financiamento e os contratos de compra exclusiva podem tornar alguns pescadores dependentes das fábricas e reduzir seu poder de barganha. O emprego gerado pelas fábricas de farinha e óleo de peixe é limitado no Senegal. Os membros da comunidade afirmam que as fábricas de farinha de peixe empregam apenas algumas dezenas de trabalhadores, enquanto uma única embarcação artesanal de rede de cerco que pesca sardinha garante o sustento de mais de 100 pessoas em toda a cadeia de valor.[88] Da mesma forma, no Brasil, apesar da retórica sobre a geração de empregos usada para legitimar o crescimento do setor, os depoimentos[89] revelam que os empregos criados não compensam a perda de território e de soberania alimentar. Em vez disso, observa-se um aumento da dependência econômica em relação às empresas de aquicultura industrial, o que torna as comunidades ainda mais vulneráveis ao vincular sua sobrevivência a um único agente privado.[90]

Consolidação da produção

No Canadá e nos Estados Unidos, as comunidades têm tido que lidar com uma das maiores empresas privadas do setor de frutos do mar do mundo. A Cooke Aquaculture (Cooke Inc.) construiu um modelo corporativo multinacional verticalmente integrado, com um faturamento anual estimado entre 4 e 5,5 bilhões de dólares americanos[91] in annual revenue. Apenas na última década, a empresa adquiriu a Omega Protein[92] (2017, Estados Unidos), Copeinca[93] (2024, Peru), Tassal[94] 2023, Australia), Mowi Canada's[95] Atlantic operations (2026), and Avramar Group[96] (2026, Greece). Atlantic operations (2026), e Avramar Group (2026, Grécia). À medida que a Cooke Aquaculture continua a se expandir, o mesmo ocorre com o número de ações judiciais e petições contra eles.[97]

O Collectif National des Pêcheurs Artisanaux du Sénégal (CNPS) prestou depoimento sobre os impactos da produção industrial de farinha e óleo de peixe para a aquicultura industrial no Senegal. A farinha e o óleo de peixe produzidos pelas fábricas Omega Fishing SA, Afric Azote, Bel Meal, Saint-Louis Sea Production e Touba Protéine Marine são, em sua maioria, exportados e vendidos no exterior[98, 99], não para as comunidades locais. A enorme demanda por peixes pelágicos de pequeno porte para ração de aquicultura levou à sua superexploração. A Sardinella aurita é uma importante espécie pelágica de pequeno porte para o Senegal, representando 22% do total de desembarques de

peixes em 2023.[100] É considerada objeto de sobrepesca, e suas capturas diminuíram 50% entre 2001 e 2019. De acordo com a CNPS, uma caixa de sardinhas de 50 quilos, que até 2008 custava 2.000 francos CFA, é vendida atualmente por 40.000 francos CFA. Os moradores locais não têm condições de comprá-la.

No Reservatório de Betânia, na Colômbia, os registros oficiais indicam 54 projetos de piscicultura, 838 gaiolas e uma produção anual de 22.000 toneladas[102] Outras estimativas oficiais sugerem que mais de 1.300 gaiolas possam estar em operação. Seis projetos são responsáveis por 59% da produção total e pertencem aos três maiores detentores de licenças, que têm ligações com famílias poderosas e com influência política na região de Huila.[103]

Essa história se repete no Sri Lanka, onde a comunidade de Vidataltivu sofreu a destruição total de seus meios de subsistência tradicionais devido à expansão da criação industrial de camarões da Taprobane Seafood [104, 105] Desde 2019, os moradores têm feito repetidas petições às autoridades para que ponham fim à poluição, mas suas reclamações têm sido ignoradas. Como expressou um participante: "Até hoje, nenhuma solução. Se subimos dois degraus, eles sobem três e dão dinheiro [subornos]". As cartas de reclamação com pedidos para interromper a produção da fazenda não são levadas a sério "porque o ministério está envolvido", explica outro participante.[106] Os moradores entrevistados descrevem a intimidação, a influência política e a corrupção como os principais obstáculos à responsabilização.

Pior Produção: A aquicultura industrial se expandiu por meio de práticas ecologicamente destrutivas que transferem os riscos para os trabalhadores, as comunidades e os ecossistemas nas diversas localidades que compõem suas cadeias de suprimentos globais. Impulsionada principalmente por capital estrangeiro e nacional proveniente de investimentos públicos e privados, a produção se beneficia da apropriação indevida de bens comuns tradicionais, da exploração dos trabalhadores e da destruição da natureza, concentrando a riqueza nas mãos de poucas corporações e elites. Não há nada de sustentável nessa produção.

Melhor Nutrição?

A iniciativa "Melhor Nutrição" tem como objetivo "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição em todas as suas formas, incluindo a promoção de alimentos nutritivos e o aumento do acesso a dietas saudáveis". Para atingir essa meta, a FAO concentra-se em cinco áreas-chave de ação: 1) dietas saudáveis para todos, 2) nutrição para os mais vulneráveis, 3) alimentos seguros para todos, 4) redução de perdas e desperdício de alimentos e 5) mercados e comércio transparentes[107]

A lógica da "Melhor Nutrição" da Blue Transformation parte de um diagnóstico de falha: como argumenta o SOFIA 2022, "os sistemas alimentares atuais muitas vezes não conseguem fornecer alimentos nutritivos e acessíveis de maneira equitativa". A iniciativa afirma que os debates sobre os sistemas alimentares têm historicamente negligenciado os alimentos aquáticos, apesar de seu alto valor nutricional, diversidade biológica, eficiência de produção, preço acessível e pegada ambiental comparativamente baixa. Em um contexto de fome persistente, dietas saudáveis inacessíveis e pressões climáticas crescentes, Blue Transformation posiciona os sistemas de alimentos aquáticos como um caminho fundamental para melhorar a segurança alimentar e nutricional, promovendo

esses alimentos como parte de dietas saudáveis e integrando-os às políticas nacionais de alimentação e nutrição. Não se trata apenas de aumentar a produção, mas também de garantir que alimentos aquáticos nutritivos sejam acessíveis, tenham preço acessível e sejam consumidos por aqueles que mais precisam deles. No entanto, essa lógica se baseia em uma suposição fundamental: que uma produção mais "sustentável", cadeias de valor aprimoradas e uma melhor integração ao mercado se traduzirão em uma melhor nutrição.

Evidência

Violações do Direito à Alimentação

O Relator Especial da ONU para o Direito à Alimentação, Michael Fakhri, criticou a Transformação Azul em seu relatório temático apresentado ao Conselho de Direitos Humanos em 2024.[108] Embora a Transformação Azul responda ao aumento do consumo global de alimentos aquáticos promovendo o aumento da produção, Fakhri enfatiza que a fome e a desnutrição não são causadas pela falta de alimentos e, portanto, não constituem um problema de produção. Ele alerta que, quando a aquicultura responde principalmente ao aumento do consumo, isso pode gerar riscos de insegurança alimentar a longo prazo.[109] Conforme demonstram os casos a seguir, a expansão da aquicultura industrial pode privar as comunidades pesqueiras de peixes de alto valor nutricional e comprometer o exercício do direito à alimentação por parte da população.

Na Gâmbia, o peixe bonga (um pequeno peixe pelágico rico em proteínas e cálcio), que tradicionalmente constituía a principal fonte de proteína da alimentação local, está sendo cada vez mais desviado para a produção de óleo e farinha de peixe, destinados à venda a fábricas de farinha de peixe pertencentes a ou financiadas por agentes estrangeiros[110] Um padrão semelhante é observado no Senegal, onde os peixes destinados ao consumo local são canalizados para a produção de óleo de peixe e farinha de peixe, a fim de abastecer as cadeias de valor corporativas[111] Um estudo da Foodrise revelou que, em 2020, o setor de criação de salmão da Noruega importou grandes quantidades de peixes da África Ocidental para a produção de ração para salmão.[112] Essa quantidade de peixe poderia ter garantido o suprimento anual de peixe para até 4 milhões de pessoas na África Ocidental — mais do que toda a população da Gâmbia.[113]

À medida que uma quantidade cada vez maior de peixe é destinada à produção de óleo de peixe e farinha de peixe, as comunidades pesqueiras do Senegal têm menos peixe disponível para consumo direto — o consumo per capita de peixe caiu de 18 quilos em 2008 para 9 quilos em 2018.[114] Ao mesmo tempo, como seu sustento depende da pesca local, a queda nas capturas e na renda torna essas comunidades menos capazes de adquirir outros alimentos. Essa preocupação é destacada por Elisa Morgera, Relatora Especial da ONU sobre Mudanças Climáticas, que relatou que "a atual dependência da aquicultura industrial da farinha e do óleo de peixe provenientes de espécies com alto valor nutricional levanta sérias preocupações em matéria de direitos humanos no que diz respeito à redução do acesso aos alimentos"[115] Astrid Puentes, Relatora Especial da ONU sobre o direito humano a um ambiente limpo, saudável e sustentável, argumenta que "a produção de óleo de peixe, farinha de peixe e peixes de criação visa grandes quantidades de peixes essenciais para a segurança alimentar e os meios de subsistência das comunidades costeiras, particularmente no Sul Global. A farinha de peixe destinada à aquicultura industrial e o óleo de peixe utilizado nas indústrias de suplementos alimentares e cosméticos são consumidos em grande parte nos países industrializados, ameaçando a segurança alimentar das populações dos países em desenvolvimento'.[116] Isso representa uma ameaça à soberania alimentar, já que os pescadores não podem mais decidir o que comer, enquanto suas fontes tradicionais de alimento continuam a diminuir drasticamente.[117] Embora a farinha de peixe possa ser produzida a partir de outros tipos de peixes, o óleo de peixe proveniente de pequenos peixes pelágicos é desviado da alimentação local para servir de ração ao salmão e ao camarão criados em cativeiro para fins industriais.

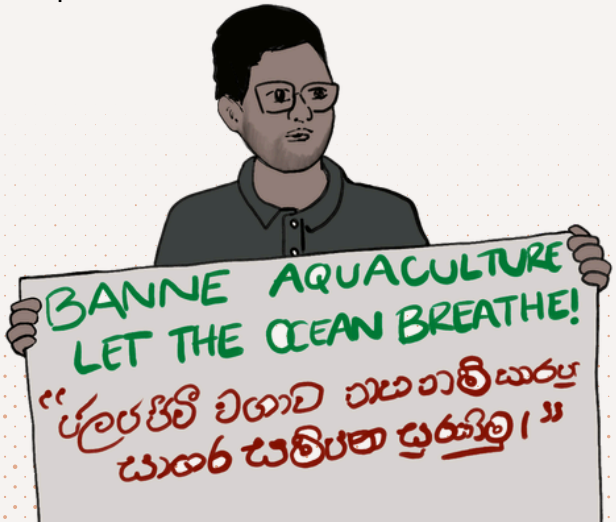
Há outra dimensão do conflito: embora a FAO relate esforços para reduzir a dependência de rações à base de peixe, recorrendo mais a grãos de cereais e soja para alimentar a aquicultura industrial — o que, aparentemente, continua sendo uma prioridade para a FAO ("Não podemos produzir mais farinha de peixe; queremos produzir rações adequadas'[118]) — não é possível eliminar totalmente os peixes silvestres da ração para aquicultura, pois certos nutrientes, como os aminoácidos, são obtidos a partir desses peixes. No entanto, a crescente demanda por soja, impulsionada pela expansão da monocultura industrial, tem sido associada a conflitos por terras e à violência contra os Povos Indígenas da Amazônia.[119, 120] A aplicação de agroquímicos nas culturas locais afeta o meio ambiente e prejudica as culturas orgânicas tradicionais. Isso demonstra como a aquicultura industrial também afeta os agricultores e as comunidades do interior, privando-os de suas fontes tradicionais de alimentação e meios de subsistência.[121]

Os exemplos acima mostram como a aquicultura, por meio de sua demanda por ração — seja à base de peixe ou de grãos —, pode retirar fontes locais de proteína das comunidades e comprometer sua capacidade de ter uma alimentação saudável. De fato, a FAO reconhece que as espécies pelágicas de pequeno porte oferecem um valor nutricional substancialmente maior (ou seja, ácidos graxos ômega-3) do que as espécies de maior porte, que são utilizadas para alimentar peixes e camarões de criação. Por exemplo, 100 gramas de peixes pequenos fornecem, em média, 26% da ingestão recomendada de cálcio e 72% da ingestão recomendada de ácidos graxos ômega-3 para mulheres adultas, em comparação com apenas 12% e 51%, respectivamente, provenientes de peixes maiores.[122]

No Chile, o salmão de criação não faz parte da dieta tradicional e é caro demais para que as comunidades locais possam comprá-lo. Como os pescadores artesanais não têm outra opção a não ser trabalhar em fábricas de processamento, eles não conseguem mais produzir alimentos culturalmente adequados para suas próprias comunidades. Isso está contribuindo para a transformação das dietas locais, que passaram a depender mais de produtos ultraprocessados, frutas e hortaliças produzidos e distribuídos pelo agronegócio industrial.[123]

A comunidade de Ban Pred Nai, na Tailândia, ilustra claramente o impacto da aquicultura industrial: as famílias que antes desfrutavam de uma alimentação diversificada e nutritiva passaram a depender de alimentos comprados após a perda dos sistemas alimentares locais. O banco de alimentos e os meios de subsistência da comunidade foram destruídos pela expansão das fazendas de camarão.[124] Mais recentemente, as comunidades afetadas passaram a tomar medidas para recuperar seus sistemas alimentares tradicionais.[125, 126]

Esses casos revelam um paradoxo no cerne da aquicultura industrial: enquanto a produção global da aquicultura industrial aumenta, o acesso a alimentos nutritivos e a preços acessíveis costuma diminuir justamente entre as pessoas que dependem dos sistemas alimentares locais — um sinal de pior nutrição. A expansão da aquicultura industrial coexiste com a erosão da soberania alimentar e da segurança alimentar e nutricional das pessoas.



O caso da Aquabounty, dos Estados Unidos (EUA), demonstra ainda mais que o direito à alimentação e à nutrição está ameaçado não apenas pela redução do acesso aos recursos pesqueiros, mas também pelas preocupações com a qualidade e a segurança alimentar ("adequação"), em contraste com o que a Blue Transformation prevê. A possível comercialização futura do salmão geneticamente modificado poderia comprometer a adequação do direito à alimentação caso os padrões de segurança alimentar e saúde do consumidor não sejam plenamente respeitados. Da mesma forma, a indústria de salmão do Chile depende fortemente de antibióticos, o que suscita preocupações quanto aos resíduos antimicrobianos e suas possíveis implicações para a segurança alimentar.[127, 128] O uso extensivo de antibióticos e produtos químicos na criação de salmão pode causar resistência aos antibióticos nas pessoas e pode perturbar a microfauna marinha.

Apesar do apelo da Better Nutrition para que se respeite o direito à alimentação e do reconhecimento da Blue Transformation de que a alimentação é um direito humano fundamental — o que se reflete em seus princípios orientadores —, os casos revelam um claro retrocesso no direito das comunidades à alimentação e à nutrição. Esse direito vai além da ingestão calórica, abrangendo a acessibilidade, a adequação, a disponibilidade e a sustentabilidade dos alimentos. Os pescadores, os Povos Indígenas e as comunidades costeiras e do interior documentados nos casos conseguiam exercer seu direito à alimentação e à nutrição antes da chegada da aquicultura industrial em seus territórios. A alimentação não só estava disponível, como também era adequada, e a natureza garantia sua sustentabilidade para o futuro deles. As operações de aquicultura prejudicaram o acesso aos bens comuns tradicionais, forçando os pescadores a se deslocarem para mais longe no mar e a gastar mais com combustível. Isso exerce pressão adicional sobre os orçamentos familiares já limitados e reduz a capacidade das comunidades de se alimentarem.



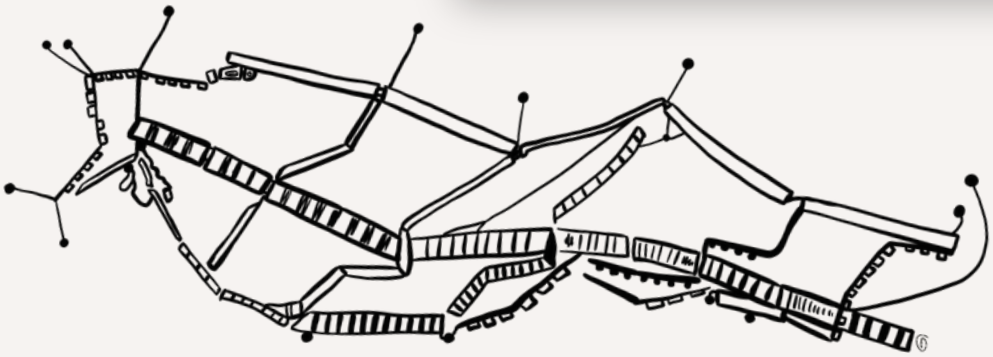
Armazenamento inadequado de ácido clorídrico (HCl), com uma poça de ácido vazando perto da abertura do barril na piscicultura da AquaBounty, em Indiana. Os funcionários não haviam recebido treinamento adequado sobre procedimentos de segurança. Foto: Braydon Humphrey, abril de 2019.

Aquicultura está alimentando os ricos, NÃO 'alimentando o futuro'

Os casos apresentados neste relatório revelam que o aumento da produção e a integração nos mercados não melhoram a nutrição quando os alimentos aquáticos são direcionados para os mercados de exportação e para consumidores de alto poder aquisitivo, em vez de chegarem às populações vulneráveis do ponto de vista nutricional (ver 'Part 2: Evidências'). Em vez disso, observamos uma orientação para a exportação, o declínio do consumo local de alimentos aquáticos e a erosão dos meios de subsistência dos pescadores e das pescadoras, revelando uma profunda discrepância entre a promessa de Melhor Nutrição da Transformação Azul e as realidades vividas pelos povos pescadores, pelos Povos Indígenas e pelas comunidades costeiras. Em vez de "alimentar o futuro", a aquicultura industrial se apropria e destrói os sistemas alimentares locais.

A gaiola de rede da Cooke's Cypress Island desabou em 2017,[129] provocando a soltura de mais de 260 mil salmões do Atlântico, espécie não nativa, no Oceano Pacífico, causando um impacto dramático nos ecossistemas e nos meios de subsistência baseados na pesca dos Povos Indígenas da Nação Lummi, o "Povo do Salmão".[130] Jay Julius, presidente da Nação Lummi, prestou depoimento perante a Comissão de Comércio, Ciência e Transporte do Senado dos EUA em 16 de outubro de 2019, em uma audiência intitulada "Alimentando os Estados Unidos: Tornando a Aquicultura em Alto Mar Sustentável uma Realidade", afirmando que a aquicultura em alto mar não é sustentável nem alimenta os Estados Unidos. O que a aquicultura industrial fez foi exatamente o contrário, pois a Nação Lummi teve que mobilizar sua frota pesqueira para retirar, um por um, os peixes que haviam escapado e proteger as populações nativas de salmão do Pacífico.[131]

Ilustração do colapso do tanque-rede da Cooke Aquaculture em 2017. Imagens reais desse evento podem ser encontradas na internet.



Essas fugas de peixes também ocorrem na aquicultura industrial em água doce. Embora não faça parte dos dez estudos de caso, o viveiro de salmão em terra firme da Islândia, Haafell, relatou um incidente de fuga em setembro de 2024. Um vazamento ocorrido durante uma transferência resultou na fuga de centenas de salmões juvenis,[132] tameaçando as populações selvagens, já que o cruzamento pode alterar sua diversidade genética e, potencialmente, prejudicar sua aptidão, enquanto salmões de criação que escapam também podem introduzir doenças e causar outros impactos ecológicos.[133, 134] Um estudo conclui que quase um terço das ecorregiões marinhas do mundo está em risco, em diferentes graus, devido aos impactos ecológicos causados pela fuga de peixes de criação.[135] É provável que essa área de estudo venha a se expandir à medida que a aquicultura industrial for se desenvolvendo.

Outro exemplo gritante que desafia a afirmação de que a aquicultura está “alimentando o futuro” vem do Chile, onde o governo despejou aproximadamente 9.000 toneladas de salmão de criação em decomposição no Oceano Pacífico, após uma proliferação maciça de algas. O salmão havia sido tratado com ácido fórmico para acelerar a decomposição e reduzir a contaminação, mas o despejo acabou por agravar os impactos ambientais da proliferação (para mais detalhes, consulte “Melhor Meio Ambiente”)[136] Além disso, na Colômbia, foram relatadas mortandades em massa de peixes associadas ao aumento dos níveis de eutrofização.[137, 138]

Esses casos demonstram não apenas a prevalência de doenças, mas também a necessidade constante de que os resíduos da produção em monocultura sejam absorvidos pelos ecossistemas vizinhos ricos em biodiversidade. Os surtos periódicos de doenças indicam, portanto, os limites ambientais da sustentabilidade da produção em monocultura, com impactos desproporcionais nos sistemas alimentares locais. Por exemplo, a Tailândia tornou-se um dos maiores exportadores mundiais de camarão, gerando receitas substanciais em moeda estrangeira, enquanto as comunidades perderam o acesso aos ecossistemas que sustentavam seus sistemas alimentares há gerações. No entanto, em Ban Pred Nai, o cultivo de arroz desapareceu à medida que os arrozais e manguezais foram convertidos em tanques de camarão, privando as comunidades de importantes fontes de alimento. Assim, as comunidades arcaram com os custos ecológicos da produção de camarão, enquanto os ganhos econômicos foram para o Estado, os investidores e os proprietários dos tanques de camarão.[139]



O grupo de conservação dos manguezais Ban Pred Nai colocou cartazes em campanha para parar a captura de caranguejos durante a época de desova.

No Chile, empresas nacionais e transnacionais, como a Aquachile, a Cooke Aquaculture, a Mowi, a Cermaq, a Multi X e a Australis Mar, controlam centenas de concessões de aquicultura em áreas protegidas,[140] , enquanto as comunidades de pescadores artesanais perderam o acesso aos seus bens comuns tradicionais, o que limitou seu consumo de proteína de peixe e ameaça a continuidade de seus meios de subsistência baseados na pesca, com profundas consequências sociais e ambientais.[141, 142]

Em conjunto, os casos mostram claramente que a aquicultura industrial não "alimenta o futuro". Seus custos vão muito além das fazendas de peixes e dos tanques de camarão, acumulando-se por meio da apropriação de bens comuns e da perda de recursos essenciais para a produção de alimentos, ao mesmo tempo em que expõem os limites ambientais e ecológicos da monocultura intensiva por meio de fugas de peixes, surtos de doenças e mortalidade em massa. Esses impactos afetam de forma desproporcional os sistemas alimentares locais. Ao mesmo tempo, cada surto de grande magnitude exige investimento financeiro substancial, revisão dos métodos de produção, novas tecnologias e intervenções regulatórias, criando tensões entre a estabilização do setor e os esforços para reduzir os danos externos.[143] Isso cria um ciclo vicioso de investimentos, no qual cada ciclo de doença, mortalidade e adaptação torna a manutenção da produção em monocultura cada vez mais onerosa.

Tanto Melhor Nutrição quanto a Transformação Azul enfatizam a importância de apoiar os grupos mais vulneráveis. Os depoimentos mostram que o fardo da expansão da aquicultura recai de forma desproporcional justamente sobre os grupos que essas políticas pretendem apoiar. No Sri Lanka, a maioria das mulheres que tradicionalmente pescavam camarão selvagem perdeu seus meios de subsistência; aquelas que continuam a trabalhar em águas poluídas para garantir o acesso à alimentação enfrentam irritações cutâneas e infecções devido à exposição ao cloro e a outros produtos químicos utilizados pela indústria.[144] Da mesma forma, as mulheres no Senegal explicam como o processamento de peixe, que antes era suficiente para alimentar e sustentar suas famílias, não é mais economicamente viável, pois as fábricas de farinha de peixe compram grande parte do peixe disponível.[145] Similar testimonies were shared by Quilombola Peoples. Testemunhos semelhantes foram compartilhados por povos quilombolas . Por exemplo, no Brasil, mulheres da comunidade quilombola do Cumbe costumavam pescar peixes e mariscos nos manguezais e canais de maré para alimentar suas famílias. Nos Estados Unidos, a degradação ecológica causada pela aquicultura industrial "desmantelou todo o sistema alimentar que sustentou o povo Passamaquoddy por milênios, à medida que espécies de peixes que antes garantiam o sustento local e sistemas alimentares inteiros foram desaparecendo". De acordo com Eric Altvater, um membro tribal da da Nação Passamaquoddy, e Hugh Akagi, chefe da nação tribal Passamaquoddy, "o princípio das sete gerações,[vi] que está ligado à longa expectativa de vida proporcionada pela dieta tradicional, não pode mais ser praticado devido aos ecossistemas devastados".

Pior Nutrição: A aquicultura industrial não está resolvendo a fome nem contribuindo para uma alimentação saudável daqueles a quem alega servir. Em vez disso, está desviando pequenos peixes pelágicos — fonte primária de proteína para as populações costeiras e pescadores — para a produção de farinha de peixe e óleo destinados a espécies de cativeiro criadas para os mercados de exportação. Trata-se de uma expropriação nutricional: a retirada de proteína acessível das comunidades que dependem dela e sua transferência, por meio das cadeias de abastecimento de ração, para consumidores em outros lugares. A aquicultura industrial também está contaminando e destruindo os sistemas alimentares locais e a soberania alimentar. O resultado é uma violação do direito à alimentação e à nutrição, agravando as pressões sobre as comunidades pesqueiras que já lutam para manter seus modos de vida baseados na pesca.

[vi] O princípio da sétima geração é um conceito e um modo de vida dos Haudenosaunee (uma aliança de seis nações indígenas das Américas). Ele estabelece que ações e decisões devem ser tomadas levando em conta o bem-estar das sete gerações futuras. Veja https://toolshed.org/resource/seventh-generation-principle/

Melhor Meio Ambiente?

Melhor Meio Ambiente tem como objetivo “proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres e marinhos e combater as mudanças climáticas por meio de sistemas agroalimentares mais eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis"[146] Por meio da agenda da Transformação Azul, este pilar abrange diversas áreas de ação que se relacionam com as mudanças climáticas, as bioeconomias e a biodiversidade. Especificamente, Melhor Meio Ambiente inclui os seguintes objetivos: 1) mitigação e adaptação às mudanças climáticas nos sistemas agroalimentares; 2) uma bioeconomia para a alimentação e a agricultura sustentáveis; e 3) biodiversidade e serviços ecossistêmicos para a alimentação e a agricultura.

Evidências

Agravando as Mudanças Climáticas

A aquicultura intensiva contribui para as mudanças climáticas. No Chile, os ovos de salmão são incubados em incubatórios de água doce antes que os alevinos sejam transportados em barcos-tanque por milhares de quilômetros até fazendas marinhas na Patagônia[147] Assim que atingem o tamanho adequado para comercialização, os peixes são transportados de volta às fábricas de processamento concentradas em Chiloé, antes de serem exportados para os mercados internacionais[148]

Conforme argumentado por Marcela Ramos, da Slow Food Chile, esse movimento constante de peixes, trabalhadores, ração, combustível e equipamentos gera “uma enorme pegada de carbono” que é em grande parte omitida das narrativas de sustentabilidade do setor[150] Uma avaliação de 2026 estimou que o salmão de criação chileno tem uma pegada de carbono de 7,2 quilogramas de CO_2e por quilograma.[151] Em comparação, um estudo sobre a pesca artesanal da pescada comum em Caleta Portales, no Chile, estimou emissões de apenas 0,47 a 0,58 kg de CO_2e por kg de peixe desembarcado.[152]

Um aspecto importante é o uso de peixes pelágicos na produção de farinha e óleo de peixe (FMFO). Esses peixes desempenham um papel importante na captura e no armazenamento de carbono nos oceanos, e sua captura para a produção de FMFO afeta esse processo e contribui para as mudanças climáticas.[153] No Senegal e na Gâmbia, membros da comunidade explicam: 'Esses barcos de pesca estão capturando nossos peixes para levar óleo de peixe para seus países, enquanto nos vendem peixes de criação'.

Fezes de peixes, ração não consumida e salmões mortos se acumulam sob as gaiolas, aumentando a carga orgânica e reduzindo os níveis de oxigênio no fundo do mar..[154] As altas densidades de lotação facilitam a ocorrência de surtos de doenças, o que resulta no uso rotineiro de antibióticos, fungicidas e tratamentos com peróxido de hidrogênio, que são lançados diretamente nas águas circundantes.[155] Marcela explica: “O fundo do mar fica coberto por tudo o que fica sob as gaiolas, os peixes adoecem e enormes quantidades de produtos químicos vão parar diretamente no meio ambiente”[156]

Na Colômbia, a aquicultura industrial aumentou os níveis de eutrofização no Reservatório de Betânia e agravou a mortandade em massa de peixes[157, 158] Isso está relacionado às altas concentrações de insumos da aquicultura em um contexto em que os níveis de água caem rapidamente devido à geração de energia elétrica, criando condições anaeróbicas temporárias que fazem com que o fósforo seja liberado de volta na coluna d’água. O influxo repentino de nutrientes reduz ainda mais os níveis de oxigênio e acelera a eutrofização[159], o que aumenta significativamente as emissões de gases de efeito estufa[160]

No arquipélago da Indonésia, os produtores de camarão de Karimunjawa despejaram enormes quantidades de águas residuais ricas em nutrientes em águas costeiras rasas e fechadas, com capacidade limitada de diluição, causando graves impactos ambientais.[161] O nitrogênio, o fósforo, a ração não utilizada e os resíduos dos camarões, juntamente com outras substâncias químicas, estimularam a proliferação de algas e a redução dos níveis de oxigênio no que tem sido considerado um dos ambientes mais "sufocados" da Indonésia.[162, 163] Ao mesmo tempo, foram construídas tubulações de escoamento de resíduos sem autorização através dos recifes de corais, causando danos físicos diretos e poluição da água, matando e causando o branqueamento de vastas áreas de corais e destruindo importantes áreas de desova de peixes como garoupas e pargos.[164, 165]

Destruição da natureza e de economias locais

As economias e os modos de vida das comunidades de pescadores artesanais giram em torno da dinâmica da água, dos peixes e dos nutrientes, que são fundamentais para seus territórios, meios de subsistência e sistemas alimentares. A aquicultura industrial pode minar essas economias, transferindo o controle das comunidades locais para a produção voltada para a exportação e para os mercados globais.[166] Nos Estados Unidos, a colhedora de algas marinhas Severine von Tscharner, no Maine, testemunhou os impactos das fazendas de salmão da Cooke Aquaculture em seus locais de colheita: "Já vi equipamentos [da piscicultura] perdidos, sedimentos de sulfato após tempestades e espuma saindo das jaulas quando a maré muda." O jornalista Paul Molyneaux acrescenta: "A quantidade de peixes criados aqui só traz doenças.[167] *Eles depositam muita confiança nas novas tecnologias e podem até fazer algumas melhorias, mas não conseguem controlar todos os impactos ambientais que causam ao longo do tempo"*.[168]

Em 2025,[169] Cooke Aquaculture acquired AquaBounty. Braydon Humphrey, Um ex-funcionário da AquaBounty, cujas responsabilidades diárias incluíam trabalhos laboratoriais de análise da qualidade da água, documentou preocupações sérias sobre as condições nos tanques de criação de peixes da empresa e sobre os efluentes da instalação. Humphrey relatou os resultados de seus testes no chat do grupo de trabalho da empresa, incluindo casos em que certos parâmetros de qualidade da água ultrapassavam a faixa de medição do espectrômetro, muito além dos níveis que ele considerava saudáveis para os peixes. As evidências apresentadas por ele também incluem o relato de um gerente sobre o entupimento dos sistemas da instalação devido ao acúmulo excessivo de uma lama composta por peixes mortos. Essas constatações devem ser analisadas em conjunto com as infrações relacionadas aos efluentes da instalação, documentadas pelo Departamento de Gestão Ambiental de Indiana (IDEM).

Embora a AquaBounty adotasse algumas medidas de gestão de resíduos — como a coleta de resíduos sólidos, a parceria com um agricultor local para a retirada de fezes de peixe secas e ração não consumida, e o uso de uma zona húmida construída projetada para limitar a liberação de sólidos —, tais medidas não invalidam as preocupações documentadas quanto à qualidade da água nos tanques, ao acúmulo de lama de peixes mortos ou às infrações relacionadas aos efluentes. Humphrey também documentou um incidente envolvendo o vazamento de vapores de ácido clorídrico de um barril, o que reforçou as preocupações mais amplas sobre a segurança dos trabalhadores e as práticas operacionais da instalação (veja video evidence).

No Canadá, Geoff LeBoutillier, um dos fundadores da Healthy Bays Network — uma coalizão sem fins lucrativos constituída formalmente por comunidades, ONGs e indivíduos que lutam contra a aquicultura em tanques-rede de mar aberto —, atua nesta causa desde 2008.. Devido ao desrespeito da Cooke Aquaculture pela biodiversidade e pelos ecossistemas marinhos, a Rede afirma que "a praia de Bayswater agora cheira a esgoto em certas épocas do ano. A contaminação da praia por efluentes é evidente e repugnante[170]



Fábrica Touba Proteine Marine SA, Senegal.

Os impactos ambientais da aquicultura industrial são causados pela conversão de territórios ricos em biodiversidade e produtivos (manguezais, zonas úmidas, áreas continentais e oceânicas), pela produção de ração — especialmente farinha e óleo de peixe provenientes de peixes forrageiros e culturas terrestres, como a soja — e pela poluição resultante da produção industria[171] O Coletivo Nacional de Pescadores Artesanais do Senegal (CNPS) informa que a fábrica de farinha de peixe e óleo de peixe da Touba Protein Marine, localizada em Cayar, descarrega efluentes poluídos no Lago Mbawane, o principal lago do município, contaminando as águas subterrâneas com substâncias tóxicas[172],enquanto as emissões de fumaça e os odores nauseantes e persistentes prejudicam a qualidade do ar e afetam o cotidiano dos moradores. A produção de farinha de peixe gera odores intensos, pois grandes quantidades de peixe são cozidas, prensadas, secas e moídas, liberando compostos voláteis, como a trimetilamina (TMA) e o etilmercaptano (etanotiol), bem como compostos tóxicos, como o sulfeto de hidrogênio. O armazenamento inadequado do peixe cru e o tratamento inadequado das águas residuais e dos resíduos de peixe podem intensificar ainda mais essas emissões. Juntamente com a crescente pressão sobre os bens comuns tradicionais, esses impactos se tornaram uma importante fonte de conflito entre a fábrica e as comunidades vizinhas.

Além da poluição causada por rações, os plásticos são amplamente utilizados na aquicultura, e seu crescente acúmulo nos ambientes terrestres e aquáticos ameaça o direito a um ambiente saudável.[173] No Chile, as tempestades frequentemente destroem infraestruturas flutuantes, espalhando cordas, redes, bóias e poliestireno expandido por toda a costa do arquipélago, conforme observou Marcela Ramos, da Slow Food Chile: "Basta caminhar alguns metros para encontrar quilos e quilos de resíduos da indústria do salmão".

Na Indonésia, a criação industrial do Litopenaeus vannamei (camarão-de-patas-brancas) vem se expandindo rapidamente nas Ilhas Karimunjawa — um parque nacional marinho e Reserva da Biosfera da UNESCO — desde 2016.[174] Essa expansão ocorreu de forma ilegal, envolvendo extensas dragagens costeiras e o desmatamento de manguezais para a construção de tanques. Essas atividades destruíram habitats costeiros e importantes áreas de desova de peixes, além de removerem barreiras naturais de proteção, contribuindo para a dizimação das populações locais de peixes.[175] À medida que a poluição das águas costeiras se espalhou, ela também danificou os recifes de corais.[176] Além disso, áreas que antes eram fazendas produtivas de algas marinhas foram contaminadas, e as gaiolas de peixes administradas pela comunidade sofreram mortandades em massa repentinas, destruindo as economias que estavam surgindo a partir dos bens comuns tradicionais e suas ecologias.

Na sequência do esforço pós-guerra do Sri Lanka para expandir a aquicultura industrial de camarão, o governo designou a área ao redor de Vidataltivu para o desenvolvimento da aquicultura industrial, apesar da visão da própria comunidade para a reconstrução, que priorizava a pesca, a restauração ambiental, os direitos das mulheres, a educação e as oportunidades para os jovens.[177] Nenhum dos planos de desenvolvimento comunitário previa a criação de camarões.[178] No entanto, depois que o ecossistema de manguezais da região foi declarado Reserva Natural de Wedithalathivu em 2016, a Autoridade Nacional de Desenvolvimento da Aquicultura (NAQDA) avançou, simultaneamente, com planos para criar um parque de aquicultura industrial.[179] Em 2019, a Taprobane Seafood, empresa líder no setor de frutos do mar do Sri Lanka, fundada em 2011, inaugurou fazendas de cultivo de camarão-de-patas-brancas no distrito de Mannar, marcando o início de uma profunda transformação social e ecológica.[180]

Uma pescadora da comunidade de Carapitanga, no Brasil — que hoje está cercada por tanques de criação de camarão —, fala sobre as mudanças no rio São Francisco. Em seu depoimento, ela afirma que a construção de canais para abastecer as fazendas de camarão destruiu as florestas de mangue, reduzindo a abundância de peixes, aratus,[181] caranguejos e mariscos. Em 2008, o Supremo Tribunal Federal do Brasil determinou a proibição do estabelecimento de empreendimentos de criação de camarão em áreas de manguezais.[182] No entanto, mais ao sul, ao longo da costa do estado de Sergipe, moradores das comunidades de Pontal (Indiaroba) e Porto do Mato (Estância) relataram que as florestas de mangue continuam sendo desmatadas e transformadas em fazendas de camarão. Eles também afirmam que, após a colheita, os produtores despejam água contaminada com produtos químicos diretamente no ecossistema do mangue. Os moradores testemunham que "quando abrem os tanques, toda a água envenenada volta a correr para o rio".



Arlene Costa, pescadora de Sergipe.

Em Ban Pred Nai, na Tailândia, as florestas de manguezais sempre protegeram o litoral contra a erosão, serviram de berçário para espécies marinhas, armazenaram carbono e preservaram o conhecimento ecológico local.[183] Para a comunidade, o manguezal era seu banco de alimentos e a base ecológica de seus meios de subsistência. No final da década de 1970, investidores comerciais começaram a instalar tanques de criação de camarão, desmatando os manguezais nesse processo [184] A criação intensiva de camarões dependia de alevinos produzidos em incubatórios, tratamentos químicos da água, ração industrializada, produtos químicos veterinários, aeradores mecânicos e da descarga de águas residuais não tratadas.[185] Diques de terra, canais e sistemas de bombeamento interromperam os fluxos naturais das marés, criando águas estagnadas, solos ácidos e sulfatados, além de alterações na salinidade e na qualidade da água, e destruindo as áreas de reprodução que sustentavam a pesca artesanal, incluindo as marisqueiras e coletores. As populações locais de peixes selvagens, camarões, caranguejos-da-lama, caranguejos-dos-manguezais e mariscos sofreram um declínio acentuado.[186] Mr. Amphorn, Um líder comunitário lembrou que “as primeiras safras de camarão foram bem-sucedidas. Mas, por volta do terceiro ou quarto ciclo, começaram a ocorrer surtos de doenças e os camarões começaram a morrer. Como não tínhamos um sistema de tratamento de efluentes, as doenças se espalharam por toda a região. Em 1987, todo o sistema de produção havia entrado em colapso. O cultivo de arroz já havia desaparecido, a criação de camarão fracassou e praticamente todas as famílias acumularam dívidas de três a quatro milhões de baht’ (~91.000–121.000 dólares).

Estima-se que 70 a 80 famílias (300 a 400 pessoas) praticavam um sistema diversificado de subsistência que combinava o cultivo de arroz, pomares, plantações de borracha, pesca artesanal e coleta de mariscos nas florestas de manguezais[187] No entanto, embora a Tailândia tenha se tornado um dos maiores exportadores mundiais de camarão e gerado receitas substanciais em moeda estrangeira, as comunidades perderam o acesso aos seus bens comuns e territórios tradicionais, que eram fundamentais para seus sistemas alimentares locais. Em 1987, a destruição ambiental levou à propagação de doenças e ao colapso das fazendas de camarão. As comunidades pesqueiras se organizaram e resistiram, trabalhando para restaurar os manguezais e reconstruir seus meios de subsistência..[188] Eles criaram um Grupo de Conservação de Manguezais, concordaram em interromper a criação de camarões nas áreas de manguezais, impediram novas invasões florestais, negociaram com órgãos governamentais a reabertura de canais de maré bloqueados, replantaram manguezais e elaboraram regras comunitárias para o uso sustentável dos recursos costeiros. Hoje, Ban Pred Nai é reconhecido nacional e internacionalmente



Mulheres de Pred Nai interrompem campanha de créditos de carbono.

como um exemplo de referência em Gestão Comunitária de Recursos Costeiros e está avançando no sentido de se tornar uma Área Marinha Gerenciada Localmente.[189] Isso demonstra que as comunidades pesqueiras sabem o que é melhor para a natureza e para a soberania alimentar. No entanto, o Melhor Meio Ambiente ignora em grande parte o conhecimento ecológico tradicional e prioriza a aquicultura insustentável, industrial e voltada para a exportação.

A falta de salvaguardas sociais e ambientais

No Chile, membro da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI) e da União Nacional de Mulheres Trabalhadoras da Terra e do Mar, descreve os impactos da expansão da aquicultura de salmão e as mobilizações para resistir à destruição do ecossistema resultante.. Em 2016, milhares de moradores da ilha de Mayo Chilote bloquearam estradas em meio a uma crise sem precedentes causada pela maré vermelha. Os protestos foram alimentados por críticas generalizadas à forma como o governo lidou com o desastre e pela autorização para despejar aproximadamente 9.000 toneladas de salmões de criação mortos no Oceano Pacífico, após uma proliferação maciça de algas[190] No entanto, de acordo com Francisco Vera Milliquien, Werkén (porta-voz sociopolítico tradicional) de uma comunidade mapuche-huilliche em Pargua, a chamada "crise da maré vermelha" não pode ser entendida separadamente dessa decisão. Ele argumenta que os salmões despejados no mar não estavam apenas mortos, mas já em decomposição, e que ácido fórmico havia sido aplicado na tentativa de acelerar sua decomposição e reduzir a contaminação, acabando por agravar. Ele observa ainda que, embora a Marinha chilena tenha autorizado o descarte além do limite de 12 milhas náuticas, pescadores artesanais que testemunharam a operação relataram que os salmões foram, na verdade, despejados a apenas cerca de 5 milhas náuticas da costa, muito mais perto do que o oficialmente permitido.

A expansão da aquicultura para a Patagônia foi uma resposta a décadas de degradação ambiental. Uma representante da Assembleia das Mulheres Insulares pela Água afirmou que "Chiloé não é mais adequada para a criação de salmão porque a água está contaminada". Essa mudança levou, progressivamente, à transferência da produção de salmão para os fiordes relativamente intocados de Aysén e Magallanes, incluindo áreas próximas a áreas protegidas em nível nacional [191] e reservas da Biosfera da UNESCO. Cientistas, organizações ambientais e o Relator Especial da ONU, David Boyd, alertaram que essa expansão corre o risco de transferir os impactos ambientais da criação industrial de salmão para alguns dos ecossistemas marinhos mais ecologicamente intactos do mundo.



Maré vermelha no Chile após o descarte de 9.000 toneladas de salmão morto e em decomposição.

De acordo com o relatório de Boyd de 2024, a criação de salmão é uma das principais ameaças à Patagônia.[192, 193] Ele recomenda "estabelecer uma moratória sobre a expansão da aquicultura do salmão até que seja realizada uma análise científica independente dos impactos ambientais adversos"[194]

No Canadá e nos Estados Unidos, as operações da Cooke se estendem de costa a costa. Na Nova Escócia, a Healthy Bays Network explica que a fazenda industrial em Bayswater Beach, na Ilha Saddle, foi realocada ilegalmente em 2018, sem a audiência exigida pelo Conselho de Revisão da Aquicultura[195] De fato, em 2025, foram apresentadas 131 cartas da comunidade em oposição à renovação da licença[196] no entanto, o Departamento de Pesca e Aquicultura da Nova Escócia aprovou a renovação da licença por mais 10 anos (de setembro de 2025 a 2035).[197]

Conforme mencionado anteriormente, no Senegal, a fábrica de farinha de peixe e óleo de peixe da Touba Protéine Marine, instalada em 2018 em Cayar, é considerada pela CNPS responsável por inúmeras violações das normas ambientais e por causar impactos significativos nas comunidades locais.[198] O setor de pesca artesanal e as associações locais se uniram para formar o Coletivo Taxawu Cayar, com o objetivo de se mobilizar e fazer com que suas vozes fossem ouvidas. Em 2018, as audiências públicas sobre a Avaliação de Impacto Ambiental encontraram oposição por parte dos membros da comunidade. Em 2019, o coletivo lançou sua campanha enviando cartas às autoridades e a possíveis aliados. Em 6 de outubro de 2022, as comunidades apresentaram provas convincentes perante o Tribunal de Primeira Instância de Thiès sobre os danos ambientais e as práticas insustentáveis perpetradas pela fábrica.[199] Embora o caso tenha sido adiado para deliberação até 3 de novembro de 2022, os membros da comunidade consideraram a audiência um avanço histórico. Segundo a declaração de Mor Mbengue, um pescador e coordenador do Comitê Local de Pesca Artesanal (CLPA) e do coletivo em Cayar: "Este é um momento importante para as comunidades, e não podemos deixar de nos alegrar com esse avanço histórico em Cayar. As comunidades locais têm direito a um ambiente saudável." Em 2023, o coletivo realizou reuniões para explicar a medida cautelar e apresentou uma denúncia sobre a poluição do Lago Mbawane causada pelas águas residuais descarregadas pela fábrica.

Em 2024, foram apresentados apelos ao Ministro da Pesca e ao Ministro do Meio Ambiente no Dia Mundial dos Oceanos, exigindo o fechamento da fábrica. Em julho de 2026, a comunidade de Mbour-Sandiara protestou contra a BELMEAL, outra fábrica na região de Thiès. Os odores desagradáveis emitidos pela BELMEAL estão poluindo o meio ambiente local e afetando profundamente a comunidade local. Mais uma vez, vemos como os pescadores estão se mobilizando para exigir o cumprimento das leis ambientais em contextos de fraca fiscalização regulatória e alta impunidade.



Uma estudante senegalesa está cobrindo o rosto devido ao mau cheiro vindo das fábricas de farinha de peixe.



As descargas de águas residuais provenientes de fazendas de camarão no Sri Lanka poluíram as águas circundantes, causando mortandades repetidas de peixes, degradando os manguezais e ameaçando uma das áreas de reprodução marinha mais importantes da Província do Norte.[200] Os membros da comunidade relatam o uso regular de cloro e outros produtos químicos não identificados nas lagoas. Um pescador explicou: "Por causa das águas residuais e do cloro, formaram-se camadas brancas no mar. Os manguezais estão morrendo, e é possível ver peixes pequenos e caranguejos mortos".

É importante ressaltar que os sistemas de certificação da aquicultura industrial também se caracterizam por inconsistências. Por exemplo, na Índia o Corporate Accountability Lab constatou que os sistemas de certificação contam com auditores remunerados pelo próprio setor, o que gera conflitos de interesse e limita a integridade das normas de certificação.[203] Para os moradores da aldeia de Vidataltivu, no Sri Lanka, há uma contradição entre as alegações de sustentabilidade das empresas e suas experiências de vida. [204, 205, 206] TA Taprobane recebeu certificações do Aquaculture Stewardship Council (ASC) e da GLOBALG.A.P., e foi a primeira empresa do Sri Lanka a receber um certificado de três estrelas do Best Aquaculture Practices (BAP) para a criação de camarões.[207] Isso é particularmente importante, considerando a forma como as GSA surgiram no âmbito do Roteiro da Transformação Azul como uma falsa solução para os problemas ambientais e sociais causados pelo setor da aquicultura,

Pior Meio Ambiente: A expansão da aquicultura industrial baseia-se na destruição de bens comuns consuetudinários e territórios em manguezais, águas continentais e mares costeiros. Esses ecossistemas sustentam diversos sistemas alimentares e são a base da biodiversidade. Os bens comuns consuetudinários são cercados e convertidos em locais de produção privados. Os efluentes contaminados com produtos químicos, pesticidas e medicamentos provenientes dessas áreas salinizam os solos, causam eutrofização das águas e ameaçam a saúde dos oceanos, das águas e das comunidades pesqueiras. O que está sendo destruído e ameaçado não são apenas os ecossistemas e a biodiversidade, mas também a reprodução dos modos de vida e das tradições pesqueiras.

Melhor Qualidade de Vida?

O Quadro Estratégico da FAO para 2022–2031 concretiza o princípio estratégico de Melhor Qualidade de Vida, que visa reduzir as desigualdades entre e dentro das áreas rurais e urbanas, entre ricos e pobres e entre homens e mulheres por meio de seis Áreas Prioritárias do Programa: 1) igualdade de gênero e empoderamento das mulheres rurais, incluindo o "acesso e controle das mulheres sobre os recursos... e a tomada de decisões" como um compromisso específico; 2) transformação rural inclusiva, que promete que o crescimento resultante será compartilhado com grupos vulneráveis e marginalizados; 3) resposta a emergências agrícolas e alimentares; 4) sistemas agroalimentares resilientes; 5) Iniciativas "Hand-in-Hand", comprometendo-se a fornecer às populações que enfrentam insegurança alimentar aguda "assistência urgente para meios de subsistência e nutrição" por meio de uma articulação entre ajuda humanitária e desenvolvimento e fortalecendo a capacidade de resistir a choques futuros; e 6) ampliação dos investimentos, que promete que os investimentos de capital reduzirão a pobreza.[208]

Evidências

Acaparamento: Transformando bens comuns tradicionais em capital estatal e privado

A expansão da aquicultura industrial é facilitada pelos governos estaduais por meio de concessões, arrendamentos, licenças e autorizações, além da criação de programas com incentivos econômicos e financiamento para inovação tecnológica, com o objetivo de intensificar e ampliar a produção. De fato, o ponto de partida em quase todos os casos é um projeto que invade os bens comuns consuetudinários nos manguezais, no litoral, nos rios e no mar.

No Chile, a ditadura de Pinochet promoveu a expansão da aquicultura industrial em Chiloé e Los Lagos, tratando os bens comuns ancestrais dos Povo Indígena Mapuche-Huilliche como "espaços vazios", o que facilitou a expansão do setor e posicionou o Chile como o segundo maior produtor mundial de salmão. Em 2011, Chiloé foi reconhecida como um Sistema de Patrimônio Agrícola de Importância Global (GIAHS) pela FAO,[209] refletindo séculos de sistemas alimentares cooperativos, conhecimentos tradicionais e gestão consuetudinária dos *maritorios*[vii, 210, 211] por comunidades que vivem ali há milhares de anos. Marcela Ramos, da Slow Food Chile e da Assembleia das Mulheres Insulares pela Água, destaca a contradição da indústria do salmão chilena: "Somos um local GIAHS, mas mesmo assim continuam a expandir a indústria do salmão neste território".

No Brasil, Cleomar Ribeiro da Rocha, uma pescadora artesanal e presidente da Associação Quilombola de Cumbe, em Aracati, explica que, desde a década de 1990, a criação industrial de camarões vem progressivamente cercando esses bens comuns, privatizando os maretórios, manguezais e zonas de maré (camboas), salinizando fontes de água doce, degradando os recursos pesqueiros e minando o modo de vida da comunidade. Ela afirma com veemência: "Não há pessoas livres em um território aprisionado", descrevendo como as fazendas de camarão cercaram a comunidade e prejudicaram suas relações com os manguezais, as marés e as áreas tradicionais de pesca. Da mesma forma, no Quilombo de Carapitanga, uma pescadora argumenta "Antes, costumávamos pescar livremente por todas essas áreas. Agora, além de construírem os tanques de camarão e despejarem produtos químicos, também impedem os pescadores de acessar o território". Enquanto isso, em outro estado, um membro da comunidade Porto do Carão compartilha uma experiência semelhante: "Quando o rio era livre, a gente tinha acesso." Um componente essencial de uma Vida Melhor é a liberdade, entendida aqui como liberdade de movimento, um rio e um território livres e pessoas livres. Isso é claramente o oposto dos depoimentos acima.

O reconhecimento dos Espaços Marinhos Costeiros Indígenas, desde 2016, começou a desafiar o domínio histórico da indústria do salmão sobre os territórios costeiros do Chile. Os Espacios Costeros Marinos de Pueblos Originarios (Áreas Marinhas Costeiras dos Povos Indígenas — ECMPOs) reconhecem que as águas costeiras não são espaços vazios disponíveis para concessões industriais, mas sim territórios historicamente governados e utilizados pelas Povos Indígenas para a pesca, a coleta de mariscos, a navegação, práticas culturais e relações espirituais. Enquanto os pedidos de ECMPOs estão em análise, novas concessões industriais podem ser restringidas, criando tensões diretas com a expansão da piscicultura industrial de salmão. Em vez de tratar o litoral exclusivamente como um ativo econômico, esse marco introduz um modelo diferente de governança marinha baseado em direitos coletivos, uso consuetudinário e gestão territorial. Nesse sentido, o porta-voz Francisco Vera Milliquien argumenta que os conflitos em torno da lei

[vii] vii *Maritorio* refere-se à relação fundamental que povos insulares e costeiros mantêm com o mar, a terra e o litoral. Enraizado em um lugar específico, o conceito reconhece o mar como um espaço por meio do qual as comunidades se relacionam, compartilham cultura e língua, constroem suas identidades e sustentam seus modos de vida.

Lafkenche[viii, 213] refletem uma disputa mais ampla sobre quem detém a autoridade para governar os territórios costeiros do Chile e determinar seu futuro. Essa mudança também se reflete em estudos acadêmicos recentes.

Essa mudança também se reflete em estudos acadêmicos recentes[214] que identifica o surgimento da governança costeira indígena como um dos primeiros desafios significativos à hegemonia territorial da aquicultura industrial do salmão no sul do Chile. De acordo com um relatório divulgado pela campanha "Salvemos a Patagônia" em 2024,[215] texistem 532 concessões de fazendas industriais de salmão na região de Los Lagos, excluindo fábricas de processamento e outras instalações. Empresas como AquaChile, Mowi, Australis Mar, Multi X, Nova Austral, Los Fiordos e Cooke Aquaculture controlam, juntas, centenas de concessões dentro de áreas protegidas, muitas das quais pertencem a corporações multinacionais com sede no Canadá, na China e na Noruega.[216]

Nos Estados Unidos, a Cooke Aquaculture tentou encobrir o desastre causado pelo colapso de uma enorme gaiola de salmão em 2018, oferecendo pagamentos pelos peixes recuperados caso a Nação Lummi retirasse sua oposição à criação industrial de salmão em redes abertas.[217] A proposta foi rejeitada. Como respondeu o então presidente Timothy Ballew em uma entrevista ao The Seattle Times: "Para que fique bem claro, a Nação Lummi não está disposta a ser silenciada por mais US$ 12 por peixe'.[218] Ele respondeu à Cooke Aquaculture dizendo: "Seu pedido para que fiquemos calados por alguns dólares a mais é um insulto.'[219] Mais recentemente, a pescadora da tribo Lummi, Ellie Kinley, resumiu o que está em jogo em termos ainda mais simples: "O salmão é cultura, e nossa cultura é o salmão".



Empresa de piscicultura ofereceu dinheiro para que a Nação Lummi mantivesse silêncio sobre as gaiolas de rede, revelam cartas

Por Lynda V. Mapes

Repórter de meio ambiente do Seattle Times

📷 **1 de 3** | Uma sacola e uma caixa no convés do barco de pesca de Jay Julius contêm cerca de 170 salmões do Atlântico de criação que escaparam na ilha de Cypress. Lummi... (Alan Berner/The Seattle Times) **Mais** ✓

[viii] A Lei Lafkenche (Lei Chilena nº 20.249), promulgada em 2008, reconhece e protege o uso ancestral e consuetudinário de espaços marinhos costeiros por comunidades indígenas no Chile. Ela criou os *Espacios Costeros Marinos de Pueblos Originarios* (ECMPO), um mecanismo jurídico por meio do qual comunidades indígenas podem pleitear a administração de áreas costeiras específicas para salvaguardar suas relações históricas, socioculturais e ecológicas com o mar, manter práticas e tradições consuetudinárias e proteger o uso de recursos naturais.

Aumentando as desigualdades de gênero

As evidências documentadas mostram que o trabalho das mulheres é subvalorizado por meio de diversos mecanismos. Em Vidataltivu, no Sri Lanka, as mulheres que antes colhiam camarões selvagens nos remansos relatam que esses camarões praticamente desapareceram e que a água poluída causa grave irritação na pele; ainda assim, algumas continuam a colheita, "porque suas famílias enfrentam uma fome cada vez maior"[220] Conforme relatado pelo Corporate Accountability Lab em 2024, as comunidades migrantes dalit, adivasi e de pescadores na cadeia de valor do camarão na Índia,[221] as mulheres em particular, estão sujeitas à servidão por dívida, ao trabalho forçado e ao trabalho infantil, à exposição a produtos químicos tóxicos sem equipamento de proteção, a queimaduras pelo frio decorrentes do manuseio prolongado de camarões congelados, a instalações superlotadas e insalubres, ao assédio sexual e à vigilância por parte de seguranças.

Aumentar os investimentos à medida que a concentração de capital e poder transforma as comunidades rurais

Os casos do Brasil, do Canadá, do Chile e dos Estados Unidos mostram que, à medida que o capital cresce, ele restringe a participação, em vez de distribuí-la, concentrando os benefícios nas mãos de um número cada vez menor de pessoas.

Desde 2016, no Brasil, a fazenda industrial de camarão da Potiporã[222, 223] iinvestiram mais de R$ 300 milhões (~ US$ 57 milhões) para ampliar a produção[224] Foram investidos mais R$ 50 milhões (cerca de US$ 9 milhões) para dobrar a produção de ração até 2026, o que resultou em uma força de trabalho de 1.400 pessoas. Isso envolveu tanto a migração de trabalhadores de outros municípios da região quanto a transição profissional de pescadores artesanais locais, muitos dos quais acabam migrando ou ingressando na força de trabalho de baixo custo do setor.[225]



Protesto e coletiva de imprensa realizados em 30 de julho perto da Lagoa Rekawa, no distrito de Hambantota, na costa sul do Sri Lanka, contra a Taprobane S.A.

Apenas na última década, a Cooke Aquaculture ampliou seus investimentos por meio de uma única cadeia de suprimentos corporativa em quatro continentes.[226, 227, 228, 229, 230] As 532 concessões do Chile, detidas predominantemente por multinacionais canadenses, chinesas e norueguesas, demonstram a lógica geográfica dessa consolidaçã.[231]

A aquicultura industrial como desastre: respostas conjuntas às emergências alimentares

No Senegal, o CNPS relata que muitas famílias de pescadores vivem atualmente em extrema pobreza, já que os recursos pesqueiros que antes constituíam a base da alimentação local estão agora esgotados para abastecer as fábricas de farinha de peixe. Em Karimunjawa, o colapso da renda proveniente das algas marinhas deixou coletores como Paimah presos a dívidas bancárias que ultrapassam 103 milhões de rupias (~5.760 dólares),[232] sem nenhum mecanismo institucional de recuperação; o alívio só veio depois que a pressão contínua da comunidade forçou o governo a proibir o setor, e não por meio de uma resposta humanitária e de desenvolvimento direcionada.[233] IEm Vidataltivu, no Sri Lanka, dos cerca de 600 pescadores que antes saíam para o mar, apenas metade continua a fazê-lo hoje, já que o aumento dos custos com combustível e a queda nas capturas — fatores que os moradores associam à poluição causada pelas fazendas de camarão — tornaram a pesca economicamente inviáve.[234] Os moradores vêm apresentando petições às autoridades desde 2019, sem obter nenhuma resposta oficial. A cidade de Ban Pred Nai, na Tailândia, apresenta o mesmo padrão em um período anterior, quando a criação de camarões entrou em colapso em 1987 e "praticamente todas as famílias acumularam dívidas de três a quatro milhões de baht" (~USD 91.000-121.000). A recuperação veio da organização dos moradores, e não do governo.[235]

Testemunhos revelam que a dívida é um fator comum nas comunidades afetadas, vinculando as famílias à economia monetária introduzida pelo setor mesmo após o colapso dessa economia e, para muitos, ameaçando a continuidade dos modos de vida baseados na pesca artesanal. Conforme ilustrado nas seções anteriores deste relatório, ecossistemas abundantes, economias locais e culturas rurais foram dizimados pelo avanço da aquicultura industrial. Quando e se o setor se retirar, pouco restará para aqueles que arcam com os custos e os impactos.

Melhor Qualidade de Vida é incompatível com violência

Desde cedo, em Honduras, o Comitê para a Defesa e o Desenvolvimento da Flora e da Fauna do Golfo de Fonseca (CODDEFFAGOLF),[236] fundado em 1988, desempenhou um papel fundamental na representação dos pescadores e de suas comunidades na América Central, mobilizando-se com sucesso pela imposição de uma moratória à construção de fazendas de camarão em Honduras em 1996 e documentando 60 casos em que o setor violou a moratória.[237] Dois membros do CODDEFFAGOLF foram assassinados e líderes, como Jorge Varela (Vencedor do Prêmio Goldman em 1999), estavam ameaçados.[238]

O relatório da Fundação de Justiça Ambiental, intitulado "Smash and Grab: Conflito, Corrupção e Violações dos Direitos Humanos na Indústria da Criação de Camarões", constatou que o uso da violência é parte integrante da expansão da aquicultura industrial. O setor e seus defensores recorrem à violência para coibir a resistência, ao mesmo tempo em que contam com forças de segurança estatais e privadas para perseguir, intimidar e assassinar ativistas, membros da comunidade e jornalistas.[239] O relatório deles documentou assassinatos, violência sexual, prisões indevidas e intimidação em Bangladesh, Brasil, Equador, Índia, Indonésia, Guatemala, Honduras, México, Filipinas, Tailândia e Vietnã.[240] Conforme observa o relatório, "Em pelo menos onze países, pessoas que protestavam contra a expansão da aquicultura de camarão foram assassinadas.

Somente em Bangladesh, estima-se que mais de 150 vidas tenham sido perdidas. Os autores de atos de intimidação ou violência raramente foram levados à justiça".[241] Há também relatos de violações dos direitos humanos relacionadas à criação de salmão no sul do Chile, incluindo mais de 50 mortes acidentais até 2008, além de exploração trabalhista e assédio sexual.[242]

Conforme destacado pelo relatório SOFIA 2026, o setor também busca ampliar suas relações com outros setores. Isso não é novidade. Por exemplo, o Reservatório de Betânia, construído na Colômbia para geração de energia hidrelétrica e irrigação agrícola na década de 1980, é hoje a maior zona de aquicultura continental do país. Os pescadores foram deslocados de seus locais tradicionais de pesca e agora são rotulados pelos operadores industriais como ladrões por pescarem em áreas onde estão localizadas as gaiolas de aquicultura industrial. Esse estigma imposto aos pescadores tem sido usado por grupos armados para legitimar a repressão e restringir o acesso às áreas de pesca.[243] Isso destaca como a expansão da aquicultura industrial se insere em trajetórias mais antigas de violência, nas quais grupos armados também controlam o acesso às áreas de pesca.[244] Só em 2023, onze pescadores foram assassinados nas proximidades do reservatório.[245]

No Parque Nacional de Karimunjawa, Java Central, Indonésia,[246] Daniel Frits Maurits Tangkilisan, um defensor dos direitos humanos ambientais do Movimento de Luta de Karimunjawa, foi acusado com base na Lei de Informações e Transações Eletrônicas (ITE) da Indonésia após publicar críticas à poluição causada por essas atividades nas redes sociais, em junho de 2023. Ele foi preso no mês de dezembro seguinte.[247] TO tribunal o considerou culpado, enquanto outros três ativistas também foram denunciados à polícia local em novembro de 2023 por causa de um vídeo que postaram nas redes sociais em 2019.[248] Daniel foi absolvido em segunda instância em 2024.[249]

A pesca nos por setores da aquicultura é combatida e enfrentada com a brutalidade de forças armadas estatais, privadas e ilegais.[250, 251, 252] Isso também revela a falta de mecanismos institucionais para proteger os direitos consuetudinários e de posse dos povos do oceano, das águas e dos pescadores, incluindo os Povos Indígenas em terra, na água e no mar. Em Pendências, no Brasil, os pescadores evitam pescar à noite perto de fazendas industriais de camarão devido às patrulhas de segurança privada e às restrições impostas pela empresa. Da mesma forma, na comunidade de Porto do Mato, em Sergipe, quando uma grande área de manguezais — que era uma importante zona de pesca — foi desmatada em 2020 para a instalação de tanques de camarão, os pescadores foram violentamente impedidos de acessar a área por agentes privados.[253] Como explicou um pescador: "Muitos deles foram proibidos de ir até lá. Foram ameaçados, tiveram armas apontadas para a cabeça para que nunca mais passassem por lá".

Pior Qualidade de Vida: A apropriação e a conversão de bens comuns consuetudinários em capital estatal e privado são facilitadas por meio do uso de concessões, licenças, incentivos e reformas. Os impactos são dramáticos e distribuídos de forma desigual, afetando desproporcionalmente as Povos Indígenas e racializadas e alimentando as desigualdades de gênero, à medida que as mulheres que atuam no processamento e no comércio de peixes são superadas em licitações, deslocadas e desvalorizadas. A pressão para ampliar os investimentos está levando à concentração de capital e poder nas mãos de elites nacionais e estrangeiras, transformando as economias rurais ao aumentar as desigualdades locais e ameaçar a soberania alimentar. Nesse contexto, a chegada da aquicultura industrial é, por si só, um desastre, expondo as comunidades à violência por parte de forças armadas públicas, privadas e ilegais. À medida que as comunidades se organizam para resistir e se posicionam em defesa de seus territórios/maretórios e direitos consuetudinários, elas enfrentam assédio, intimidação, criminalização e assassinatos.

Conclusão

A Transformação Azul vem somar-se a cinco décadas de danos causados pela expansão da aquicultura industrial, que antecede o marco de 2022 em várias gerações (consulte “Parte 2: Evidências, longa história de violência e resistência contra a aquicultura industrial”). Dessa forma, confere legitimidade e continuidade institucionais a um modelo extrativista que não conseguiu cumprir nenhum dos Quatro Melhores que alega defender, conforme demonstrado acima. Conforme afirmou o Fórum Mundial dos Povos Pescadores em sua Assembleia Geral de 2024 (AG8), a reformulação da imagem da aquicultura industrial como “azul” serve como pretexto para o lucro corporativo, e não como evidência de transformação.

As GSA, pelo contrário, partem da premissa de que os danos causados pela aquicultura industrial são problemas técnicos que aguardam soluções técnicas. Não oferecem nenhum mecanismo para avaliar se o setor é sustentável, nem meios para interromper sua expansão nos casos em que não o seja.

Os Estados já se comprometeram, por meio das Diretrizes da SSF e da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e de Outras Pessoas que Trabalham em Áreas Rurais (UNDROP) e da UNDRIP (Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas), a garantir os direitos de posse e os territórios dos povos do mar, da água e da pesca. Os casos aqui documentados, juntamente com décadas de evidências sobre a violência e a destruição provocadas pela indústria, mostram que essas obrigações continuam sem ser cumpridas.

A expansão e a intensificação da aquicultura industrial fazem parte de um sistema econômico capitalista enraizado no colonialismo, no patriarcado e no racismo. Conforme demonstrado pelos casos apresentados neste relatório, o setor se alimenta e cresce a partir da reprodução de formas de opressão que ameaçam os bens comuns tradicionais na terra, na água e no mar e minam a soberania alimentar para servir à acumulação de capital. O resultado da expansão e intensificação da aquicultura industrial é devastador. Isso não se limita aos locais de produção, mas se manifesta em toda a sua cadeia de valor global, sustentada por regimes de trabalho exploradores e pela destruição da natureza, com diferentes manifestações ao longo do espaço.

O que essas experiências têm em comum é o que torna a solidariedade possível: o oceano, a água e os pescadores, os trabalhadores, as mulheres, os Povos Indígenas e os produtores tradicionais de alimentos enfrentam a mesma indústria e as mesmas instituições que legitimam sua expansão e violência.

Demandas e alternativas

A agroecologia ou aquaecologia (termo utilizado por alguns líderes de movimentos de pescadores) representa a soberania alimentar em ação, abrangendo não apenas as técnicas, os conhecimentos, as práticas e as relações que possibilitam a produção de alimentos, mas também aqueles que fortalecem as organizações sociais, mantêm vivos os conhecimentos tradicionais, desenvolvem o conhecimento local e reforçam os direitos consuetudinários e a soberania dos povos pescadores. As demandas do movimento global de pescadores são claras e persistem há décadas, baseando-se nos seis pilares da soberania alimentar: alimento para as pessoas, sistemas alimentares localizados, controle local, valorização dos produtores de alimentos, construção de conhecimento e trabalho em harmonia com a natureza. Essa agenda também se baseia em uma estrutura dos 5Rs: Reconhecimento, Restituição, Redistribuição, Resistência e Regeneração,[254, 255] o que em termos de justiça territorial para os povos pescadores requer:

- **Reconhecimento:** Reconhecer, restaurar e proteger os direitos consuetudinários e de posse dos povos do oceano, das águas e dos pescadores. Reconhecer a posse consuetudinária, coletiva e flexível sobre a terra, as águas e o oceano, incluindo as áreas de pesca como territórios (e outras configurações territoriais de base, como os maretórios).
- **Restituição:** Devolver os espaços costeiros, fluviais e marinhos ocupados pela aquicultura industrial, bem como os setores a montante e a jusante que contribuem para a produção e a circulação.
- **Redistribuição:** Redistribuir os direitos de posse — expropriar os expropriadores. Desmembrar a concentração de benefícios em suas diversas classes e formas, desde atores locais até corporações globais, por meio da realocação do acesso a pescadores, camponeses e trabalhadores.
- **Resistência:** Parar a expansão da aquicultura industrial. Mobilizar-se contra a violência, os assassinatos e a criminalização dos oceanos, das águas e dos povos pescadores, bem como dos trabalhadores do setor. Resistir à apropriação indevida e à destruição dos bens comuns consuetudinários, à violência de gênero na produção e no processamento, à violência contra os Povos Indígenas e à exploração dos trabalhadores nos sistemas alimentares globalizados.
- **Regeneração:** Trabalhar para regenerar o que foi destruído. Uma cura coletiva, incorporada e politicamente situada dos territórios e das comunidades, na qual o oceano, as águas e os pescadores detêm o poder de decisão sobre o que deve ser reparado, como e com que finalidade.

Os movimentos pela soberania alimentar e pela justiça social, por meio da *Agenda de Ação Política Comum de Nyéléni (CPAA)*[256] comprometem-se com uma agenda internacionalista de solidariedade, vinculando a luta contra a aquicultura industrial a outras formas de violência capitalista e trabalhando coletivamente para desmantelar as estruturas políticas que mantêm e reproduzem as formas existentes de opressão.

O que está em jogo na COFI37 e na Cúpula da Pesca Artesanal (SSF) não é uma orientação melhor para um setor cuja expansão depende da violência, mas sim se os governos darão ouvidos aos movimentos globais de pescadores e de soberania alimentar e farão valer os direitos humanos que já reconheceram, nos termos da Carta das Nações Unidas, do direito internacional dos direitos humanos, da UNDROP e da UNDRIP, das Diretrizes para a Pesca Artesanal e das normas fundamentais do trabalho — incluindo o direito à alimentação e à nutrição — e responsabilizar os culpados pelas violações, ou continuar a se beneficiar dessas violações e permanecer cúmplice delas.



3rd Nyéléni Global Forum

Notas de fim

[1] Foodrise. *Blue Empire: 2026 Summary Update — How the Norwegian Salmon Industry Extracts Nutrition and Undermines Livelihoods in West Africa*. London: Foodrise, February 2026, https:// foodrise.org.uk/wp- content/uploads/2026/02/FoodRise-BlueEmpire-Summary-Mar26-HighRes.pdf.
[2] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). *The State of World Fisheries and Aquaculture 2026: Blue Transformation — Turning Vision into Impact*. Rome: FAO, 2026, https:// doi.org/10.4060/cd8357en.
[3] Ibid.
[4] Ibid.
[5] FAO, International Fund for Agricultural Development, United Nations Children's Fund, World Food Programme, and World Health Organization. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2026: Understanding and Addressing the High Cost of a Healthy Diet*. Rome: FAO, 2026, https:// www.fao.org/publications/fao-flagship-publications/the-state-of- food-security-and-nutrition-in-the-world/en.
[6] Foodrise. *Blue Empire: 2026 Summary Update — How the Norwegian Salmon Industry Extracts Nutrition and Undermines Livelihoods in West Africa*. https://foodrise.org.uk/wp-content/ uploads/2026/02/FoodRise-BlueEmpire- Summary-Mar26-HighRes.pdf.
[7] World Rainforest Movement. *Mangroves: Local Livelihoods vs. Corporate Profits*. Montevideo: World Rainforest Movement, 2002, https://www.wrm.org.uy/publications/mangroves-local-livelihoods-vs-corporate-profits.
[8] Environmental Justice Foundation, *Smash and Grab: Conflict, Corruption and Human Rights Abuses in the Shrimp Farming Industry* (London: Environmental Justice Foundation, 2003), 3, https:// ejfoundation.org/resources/downloads/smash_and_grab.pdf.
[9] Changing Markets Foundation, and Compassion in World Farming. *Until the Seas Run Dry: How Industrial Aquaculture Is Plundering the Oceans*. Netherlands: Changing Markets Foundation, April 2019, https://changingmarkets.org/report/until-the-seas-run-dry-how-industrial-aquaculture-plundering-oceans-farmed-fish/.
[10] World Forum of Fisher Peoples and Kesatuan Nelayan Tradisional Indonesia, *Agroecology and Food Sovereignty in Small-Scale Fisheries* (Cape Town: WFFP International Secretariat, 2017), 3, https://worldfishers.org/wp- content/uploads/2017/09/WFFP.Food__Sov_.web_.pdf.
[11] GRAIN, "The Pushback Against Aquaculture Inc," December 10, 2024, https://grain.org/en/ article/7218-the-pushback- against-aquaculture-inc.
[12] Jacquet, J., and Jackson, J., eds. "Special Issue: Aquaculture," *Science Advances* 10, no. 42 (October 18, 2024), https://www.science.org/toc/sciadv/10/42.
[13] Nyéléni Global Forum, https://nyeleniglobalforum.org.

[14] Draft Provisional Agenda of COFI 37th session, https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/bd0f810c- ccb5-48d7-b1f8-e78155a0a7b7/content.
[15] FAO. *Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication*. Endorsed by the Committee on Fisheries, June 2014. Rome: FAO, 2015, https://www.fao.org/voluntary- guidelines-small-scale-fisheries/en.
[16] FAO. *2021 COFI Declaration for Sustainable Fisheries and Aquaculture*. Endorsed February 1, 2021, at the 34th Session of the Committee on Fisheries (COFI 34). Rome: FAO, 2021. https://doi.org/10.4060/cb3767en.
[17] Ibid.
[18] United Nations General Assembly. Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. Resolution A/RES/70/1, adopted September 25, 2015, https://sdgs.un.org/goals.

[19] FAO. *Blue Transformation in Brief: Advancing Aquatic Food Systems for Prosperity and Well-Being.* Rome: FAO, 2023, https://openknowledge.fao.org/items/7abc4eac-21a1-48d4-b3f7-13e49aeb7497.
[20] United Nations General Assembly. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development.* Resolution A/RES/70/1, adopted September 25, 2015, https://sdgs.un.org/goals.
[21] FAO. *Blue Transformation — Roadmap 2022–2030: A Vision for FAO's Work on Aquatic Food Systems.* (Rome: FAO, 2022), https://doi.org/10.4060/cc0459en.
[22] Ibid.
[23] Ibid.
[24] World Bank and World Wildlife Fund. *Harnessing the Waters: A Trillion Dollar Investment Opportunity in Sustainable Aquaculture*. Washington, DC: World Bank Group, 2025, https://www.worldbank.org/en/topic/environment/publication/harnessing-the-waters-sustainable-aquaculture.
[25] FAO. *Blue Transformation — Roadmap 2022–2030: A Vision for FAO's Work on Aquatic Food Systems.* https://doi.org/10.4060/cc0459en.
[26] FAO. *Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication.* Endorsed by the Committee on Fisheries, June 2014. Rome: FAO, 2015, https://www.fao.org/voluntary- guidelines-small-scale-fisheries/en.
[27] FAO. *The State of World Fisheries and Aquaculture 2026: Blue Transformation — Turning Vision into Impact*. https://doi.org/10.4060/cd8357en.
[28] Ibid., 171.
[29] FAO. *Guidelines for Sustainable Aquaculture.* Rome: FAO, 2025, https://doi.org/10.4060/cd3785en.
[30] FAO. The State of World Fisheries and Aquaculture 2026: Blue Transformation — Turning Vision into Impact, 163. https://doi.org/10.4060/cd8357en.
[31] Ibid, 171.
[32] FAO. Guidelines for Sustainable Aquaculture. Rome: FAO, 2025, https://doi.org/10.4060/cd3785en.
[33] FAO. Blue Transformation. Policy Support and Governance Gateway, last modified January 27, 2025, https://www.fao.org/policy-support/policy-themes/blue-transformation/en.
[34] FAO. Voluntary Guidelines for Securing Sustainable Small-Scale Fisheries in the Context of Food Security and Poverty Eradication. Endorsed by the Committee on Fisheries, June 2014. Rome: FAO, 2015, https://www.fao.org/voluntary- guidelines-small-scale-fisheries/en.
[35] International Planning Committee for Food Sovereignty (IPC) Working Group on Fisheries, https://www.foodsovereignty.org/working-group/fisheries/.
[36] IPC, Fisheries Group. "35th COFI General Statement." Statement delivered at the 35th Session of the Committee on Fisheries (COFI 35), 2022, https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/COFI/COFI35/statements/IPCGeneralStatementCOFI35.pdf.
[37] FAO. Guidelines for Sustainable Aquaculture. Rome: FAO, 2025, https://doi.org/10.4060/cd3785en.
[38] Committee on World Food Security. Voluntary Guidelines on the Responsible Governance of Tenure of Land, Fisheries and Forests in the Context of National Food Security. Endorsed May 11, 2012. Rome: FAO. https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/4e08d38d-b1f5-4c74-8478-7cbd61a1e90a/content
[39] FAO. Guidelines for Sustainable Aquaculture. 2025. Rome: FAO, https://doi.org/10.4060/cd3785en.
[40] Ibid, 29.
[41] Ibid, 2.
[42] Ibid, 13.

[43] FAO. *The State of World Fisheries and Aquaculture 2026: Blue Transformation — Turning Vision into Impact*, 164. https://doi.org/10.4060/cd8357en.
[44] Ibid.
[45] Ibid.
[46] Ibid.
[47] FAO. *Strategic Framework 2022–2031*, 2021, p. 8. https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/29404c26- c71d-4982-a899-77bdb2937eef/content.
[48] According to FAO "Blue or aquatic foods — foods that are wild-caught or farmed from oceans, rivers, and lakes". See: Stanford Center for Ocean Solutions, WorldFish, Food and Agriculture Organization of the United Nations, Beijer Institute of Ecological Economics, CARE, and Environmental Defense Fund. Integrating Blue Foods into National Climate Strategies: Enhancing Nationally Determined Contributions and Strengthening Climate Action. Stanford, CA: Stanford Center for Ocean Solutions, 2024, 6. https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/bdd3ef4f-d182-49e5-851d-2ea009926e5b/content.
[49] FAO. Blue Transformation—Roadmap 2022–2030: A Vision for FAO's Work on Aquatic Food Systems, 1. https://doi.org/10.4060/cd8357en.
[50] Ritchie, H., and Arriagada, P. "The World Gets More Seafood From Aquaculture Than Wild Catch," Our World in Data, March 28, 2026, https://ourworldindata.org/data-insights/the-world-gets-more-seafood-from-aquaculture-than-wild-catch.
[51] Barton, Jonathan R., and Warwick E. Murray, "Grounding Geographies of Economic Globalisation: Globalised Spaces in Chile's Non-Traditional Export Sector, 1980–2005." Tijdschrift voor Economische en Sociale Geografie 100, no. 1 (2009): 81–100. https://doi.org/10.1111/j.1467-9663.2009.00503.x.
[52] Berge, Aslak. 2024. Goldfinger: The History of Mowi. Oslo: Octavian Forlag.
[53] Carrasco-Bahamonde, Daniel, and Antònia Casellas, Evolving Blue Development Discourses and Policies: Salmon Farming Industry and Regional Making in Chile. Marine Policy 163 (2024): 106111. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2024.106111.
[54] Subsecretaría de Pesca y Acuicultura. Informe Sectorial de Pesca y Acuicultura, Departamento de Análisis Sectorial. Santiago: Subsecretaría de Pesca y Acuicultura, December 2025. https://www.subpesca.cl/portal/616/articles- 128767_documento.pdf.
[55] Chilean Community Members, interview by author, July 2026.
[56] Ibid.
[57] Canal Rural. "Dos Viveiros para a Mesa: Cultivo de Camarão Impulsiona Economia do Nordeste," June 12, 2022. https://www.canalrural.com.br/pecuaria/dos-viveiros-para-a-mesa-cultivo-de-camarao-impulsiona-economia-do-nordeste/.
[58] Redação ASN RN. "Sebrae-RN Lança Programa para Fortalecer Carcinicultura Sustentável no Interior do Estado." ASN Rio Grande do Norte – Agência Sebrae de Notícias, May 26, 2026, https://rn.agenciasebrae.com.br/economia-e- politica/sebrae-rn-lanca-programa-para-fortalecer-carcinicultura-sustentavel-no-interior-do-estado/.
[59] Karimunjawa, Indonesia Community Members, interview by author, 2026.
[60] Nugroho, David, Norma Afiati, Pujiono Wahyu Purnomo, Diah Ayuningrum, and Oktavianto Eko Jati. "Tingkat Sensitivitas Ekosistem Terumbu Karang oleh Buangan Limbah Tambak Udang (Litopenaeus vannamei) di Pesisir Pantai Legon Boyo, Karimunjawa," Jurnal Pasir Laut 8, no. 2 (2024): 114–122, https://doi.org/10.14710/jpl.2024.65553.
[61] Fatharini, Anjani Tri, Muhammad Arief Zuliyan, Azaria Eda Pradana, and Aulia Nur Aini. "From UNCLOS to Local Implementation: The Case of Illegal Shrimp Pond in Karimunjawa, Indonesia." IOP Conference Series: Earth and Environmental Science 1537, no. 1 (September 2025): 012010. https://doi.org/10.1088/1755-1315/1537/1/012010.
[62] Karimunjawa, Indonesia Community Members, interview by author, 2026.

[63] Indonesia, Kabupaten Jepara. Peraturan Daerah Kabupaten Jepara Nomor 4 Tahun 2023. https://peraturan.bpk.go.id/Details/265554/perda-kab-jepara-no-4-tahun-2023.
[64] Aquaculture North America Staff, "Cooke Aquaculture acquires AquaBounty's PEI facility for planned expansion," *Aquaculture North America*. (March 5, 2025), https://www.aquaculturenorthamerica.com/cooke-aquaculture-acquires- aquabountys-pei-facility-for-planned-expansion/
[65] Block Corporate Salmon, *AquaBounty Exposed Report*. October 25, 2022 https://docs.google.com/document/d/1FysnUssU4IvPQljNl3nWnWEVkN4Yj1CYQgu3f9YXIAo/edit?tab=t.0
[66] Riedemann Fuentes, Andrea, Tulika Bansal, and Fernando Pardo Núñez. *The Salmon Industry and Human Rights in Chile: Sector-Wide Impact Assessment*. *Page 12*. Copenhagen: Danish Institute for Human Rights, 2021, https://www.humanrights.dk/sites/humanrights.dk/files/media/document/The%20Salmon%20Industry%20and%20Human% 20Rights%20in%20Chile%20Executive%20Summary.PDF?utm_source=chatgpt.com.
[67] El Desconcierto, "Chile tiene el récord mundial de mortalidad de buzos: ¿la industria salmonera podrá hacer algo con la Ley 21.789?," 2025, https://eldesconcierto.cl/opinion/chile-tiene-el-record-mundial-mortalidad-buzos-la-industria- salmonera-podra-hacer-algo-la-ley-21789-n5457377.
[68] Ecoceanos. "Blood Salmon: On Average One Diver Dies per Month in the Chilean Salmon Industry During 2021," May 4, 2021, https://www.ecoceanos.cl/2021/05/blood-salmon-on-average-one-diver-dies-per-month-in-the-chilean-salmon- industry-during-2021/.
[69] Business & Human Rights Resource Centre, "Chile: En una década, casi un centenar de personas trabajadoras murieron en accidentes ocurridos en los centros de cultivo de salmón," May 24, 2026, https://www.business- humanrights.org/en/latest-news/chile-en-una-década-casi-un-centenar-de-personas-trabajadoras-murieron-en-accidentes- ocurridos-en-los-centros-de-cultivo-de-salmón/.
[70] Núñez, Juan CC and Melillanca, Patricio I, The Salmon Demon: The growing global opposition to destructive salmon farming has found vocal expression in Chile and Argentina, highlighting issues related to labour and working conditions, 9, Samudra Report No 86, November 2021, https://www.icsf.net/wp- content/uploads/2022/03/Sam_86_art02_Chile_Juan_Carlos.pdf
[71] Revista Tierra Bella. "Nueva Muerte en la Industria Salmonera Eleva a 10 los Trabajadores Fallecidos en Chile Durante 2026," July 3, 2026, https://revistatierrabella.cl/nueva-muerte-en-la-industria-salmonera-eleva-a-10-los-trabajadores- fallecidos-en-chile-durante-2026/.
[72] Ibid.
[73] Chiloé, Chile Community Members, interview by author, 2026.
[74] Chile, Dirección del Trabajo. "Normativa laboral y seguridad en el trabajo de buceo profesional." https://www.dt.gob.cl/legislacion/1624/w3-article-95516.html.
[75] El Desconcierto, "Chile tiene el récord mundial de mortalidad de buzos: ¿la industria salmonera podrá hacer algo con la Ley 21.789?," 2025, https://eldesconcierto.cl/opinion/chile-tiene-el-record-mundial-mortalidad-buzos-la-industria- salmonera-podra-hacer-algo-la-ley-21789-n5457377.
[76] Poder Judicial de Chile, Supreme Court ruling on Invermar S.A. and Servicios Marítimos Playamar Ltda., 2022. https://www.pjud.cl/prensa-y-comunicaciones/noticias-del-poder- judicial/76935?TSPD_101_R0=08a336eaa2ab2000789bef037a139b34a5f6d5bd2c75f67346a679a7219b1ee38496e3326044
9207086b9245571430002f330bc153926b8033122060ef4ac76546e0e3920d3c7ae481313a7a4edb9635566dc4db341baf238a 55fe581e178cf1.
[77] FAO. Fishery and Aquaculture Country Profiles: Colombia. Accessed August 7, 2026, https://www.fao.org/fishery/countrysector/CO/en?status=published.
[78] Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial. 2003. Resolución 0184 de 21 de febrero de 2003 por la cual se establecen medidas ambientales para la Central Hidroeléctrica de Betania. Resolución No. 0184. Bogotá, Colombia: Ministerio de Ambiente, Vivienda y Desarrollo Territorial.

[79] Instituto Colombiano de Desarrollo Rural (INCODER). Acuerdo No. 030 de 2005, por el Cual se Establece el Ordenamiento Pesquero y Acuícola del Embalse de Betania. Bogotá: INCODER, 2005.
[80] Fedeacua. *Informe de Gestión 2020–2021*, https://fedeacua.org/files/2_-informe_de_gestion_2021.pdf.
[81] Rodríguez Cortés, Lina María. "Espacios de Peces y Energía: La Transformación del Río Magdalena en el Centro del Huila: La Represa de Betania." In *La Investigación Científica y Académica Transdisciplinaria*, 156–184. Editorial EIDEC, 2021.
[82] AUNAP. *Sistemas de producción en jaulas flotantes en el embalse de Betania* (PowerPoint presentation, 2024), https://www.aunap.gov.co.
[83] Roll, Kristin H., Rune Nygaard, Benjamin Fissel. "Are US Wild Salmon Products Affected by Farmed Salmon? A Cointegration Analysis," *Marine Resource Economics* 37, no. 3 (2022).
[84] Alaskan fisher, interview by author, June 16, 2026.
[85] Alaska Department of Labor and Workforce Development. n.d. "Decennial Census Data for Alaska." Accessed August 5, 2026, https://live.laborstats.alaska.gov/article/decennial-census-data-alaska.
[86] Changing Markets Foundation. Fishing for Catastrophe: How Global Aquaculture Supply Chains Are Leading to the Destruction of Wild Fish Stocks and Depriving People of Food in India, Vietnam and The Gambia. October 2019. https://static1.squarespace.com/static/5d402069d36563000151fa5b/t/5e32dd4e2cd18912ea3eafcc/1580391791115/19.+Fish ing+for+catastrophe.pdf.
[87] ADF Staff. "Fish Factories Drive Food Insecurity in West Africa." Africa Defense Forum, March 8, 2022. https://adf- magazine.com/2022/03/fish-factories-drive-food-insecurity-in-west-africa/.
[88] Gorez, Béatrice. "West Africa: Fishmeal, Mealy Deal," *Samudra Report*, no. 78 (January 2018): 33–35, International Collective in Support of Fishworkers (ICSF).
[89] Evidence URL
[90] Brazilian Community Members, interview by author, July 2026.
[91] Zoominfo.com Accessed August 20, 2026. https://zi-lite.zoominfo.com/#/profile/company/434321148/overview.
[92] Omega Protein, *Cooke Inc. acquires Omega Protein Corporation* [Press Release]. Dec. 19, 2017 https://omegaprotein.com/cooke-inc-acquires-omega-protein-corporation/.
[93] Chase, Chris. *Cooke finalizes acquisition of Copeinca*, Seafood Source. Nov. 26, 2024. https://www.seafoodsource.com/news/business-finance/cooke-finalizes-acquisition-of-copeinca.
[94] Tassal Food Service, *Cooke Inc. Acquires Tassal Group Limited* [Press Release]. 1 Sept 2023 https://tassalfoodservice.com.au/cooke-inc-acquires-tassal-group-limited/.
[95] French, Eddward, Cooke to expand with acquisition of Mowi Canada East's fish farms. The Quoddy Times. 10 July 2026. https://www.quoddytides.com/cooke-to-expand-with-acquisition-of-mowi-canada-easts-fish-farms/.
[96] Mis Peces, Cooke finalises definitive agreement for AVRAMAR acquisition following new banking MoU. 13 May 2026. https://www.mispeces.com/en/news/Cooke-finalises-definitive-agreement-for-AVRAMAR-acquisition-following-new- banking-MoU/.
[97] 2020, Case No. 2020 Ca 002908 B; Animal Outlook, Plaintiff V. Cooke Aquaculture Inc., Et Al., Defendants. Superior Court Of The District Of Columbia Civil Division Https://Thebrooksinstitute.Org/Sites/Default/Files/Article/2021- 07/Cooke%20opinion%20-%20to%20accompany%202021-07-05%20digest%20no%2093.Pdf.
[98] Greenpeace Africa, and Changing Markets Foundation. Feeding a Monster: How European Aquaculture and Animal Feed Industries Are Stealing Food from West African Communities. Utrecht: Changing Markets Foundation. 2021. https://changingmarkets.org/wp-content/uploads/2023/10/Feeding-a-Monster-EN-low-res.pdf.

[99] Diedhiou, Idrissa, Ismaïla Ndour, Ndiaga Thiam, Awa Dia Sissokho, Mande Ndiaye, and Abdoulaye Diouf. "Quantification of Fish Products Processed into Meal and Oil in Senegal." Marine Policy 188 (2026): 107093. https://doi.org/10.1016/j.marpol.2026.107093.
[100] Ibid.
[101] FAO. The State of World Fisheries and Aquaculture 2022: Towards Blue Transformation. Rome: FAO. 2022. https://doi.org/10.4060/cc0461en.
[102] National Aquaculture and Fisheries Authority (AUNAP). (2024). Information on production in floating cages in the Betania Reservoir [Unpublished PowerPoint presentation, response to a formal information request].
[103] Arcila, Adriana. "Los huilenses que hicieron del embalse de Betania una mina de tilapia." Las2Orillas, February 5, 2025.
[104] La Via Campesina. "Sri Lanka: Social Movements Allege Large-Scale Land Diversion from Nature Reserve for Industrial Aquaculture Project." July 19, 2024. https://viacampesina.org/en/2024/07/sri-lanka-social-movements-allege- large-scale-land-diversion-from-nature-reserve-for-industrial-aquaculture-project/.
[105] International Collective in Support of Fishworkers (ICSF). "Sri Lanka: Industrial Aquaculture Plans Spark Uproar." ICSF. https://icsf.net/newss/sri-lanka-industrial-aquaculture-plans-spark-uproar/.
[106] Community Members of Sri Lanka, interview by author, 2026.
[107] FAO. *Strategic Framework 2022–2031* (Rome: FAO, 2021), 17, https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/29404c26-c71d-4982-a899-77bdb2937eef/content.
[108] Fakri, Michael. Fisheries and the Right to Food in the Context of Climate Change, A/HRC/55/49 (Geneva: United Nations, 9 January 2024), paras. 79–82.
[109] Ibid.
[110] Jobe, Fatou Hadim. "The Cycle of Inequity in Fishmeal Factories in The Gambia," The Nippon Foundation Ocean Nexus, January 7, 2025, https://oceannexus.org/2025/01/07/the-cycle-of-inequity-in-fishmeal-factories-in-the-gambia/.
[111] Foodrise. Blue Empire: 2026 Summary Update – How the Norwegian Salmon Industry Extracts Nutrition and Undermines Livelihoods in West Africa. https://foodrise.org.uk/wp-content/uploads/2026/02/FoodRise-BlueEmpire- Summary-Mar26-HighRes.pdf.
[112] Ibid.
[113] World Bank. "The World Bank in The Gambia." Accessed November 4, 2025, https://www.worldbank.org/en/country/gambia/overview.
[114] Dème, El Hadj Bara, and Moustapha Dème. "Small Pelagic Fish in Senegal: A Multi-Usage Resource," Marine Policy 141 (2022): 105083, https://doi.org/10.1016/j.marpol.2022.105083.
[115] Morgera, Elisa. Transforming Food Systems for a Safe Climate and Health for All, A/HRC/62/44 (Geneva: United Nations, 29 April 2026), para. 47.
[116] Puentes, Astrid. The Ocean and Human Rights, A/HRC/58/59 (Geneva: United Nations, December 31, 2024), para 43.
[117] FAO. "Studying the Impacts of Fishmeal Production in Africa," EAF-Nansen Programme, December 18, 2020, https://www.fao.org/in-action/eaf-nansen/news/news-archive/detail/news_1365773/en.
[118] Barange, Manual. "Scaling Sustainable Aquaculture Through Technology and Innovation," SDG Media Zone, 2025 UN Ocean Conference, Nice, France, 10 June 2025. https://webtv.un.org/en/asset/k12/k12wgjgm5l
[119] Kamaroski, Felipe, and Juliano Morimoto. "Indigenous Lands Turned into Soy Farms Pose Threats to Sustainability in Brazil," *Sustainability* 17, no. 21 (2025): 9918, https://doi.org/10.3390/su17219918.

[120] Sauer, Sérgio. "Soy Expansion into the Agricultural Frontiers of the Brazilian Amazon: The Agribusiness Economy and Its Social and Environmental Conflicts," *Land Use Policy* 79 (2018): 326–338, https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.08.030.
[121] Rainforest Foundation Norway. *Salmon on Soy Beans — Deforestation and Land Conflict in Brazil* (2018), https://dv719tqmsuwvb.cloudfront.net/documents/Publikasjoner/Andre-rapporter/Salmon-on-soy-beans-deforestation-and- land-conflict-in-Brazil.pdf?mtime=20181029093010.
[122] FAO. Duke University, and WorldFish. *Illuminating Hidden Harvests: The Contributions of Small-Scale Fisheries to Sustainable Development* (Rome: FAO, 2023): 146, https://doi.org/10.4060/cc4576en.
[123] Community Members of Chiloé, Chile, interview by author, 2026.
124 Prasertcharoensuk, R. Field Observations and Interviews Conducted in Ban Pred Nai, Trat Province (Sustainable Development Foundation, 2026), unpublished field notes.
[125] Sustainable Development Foundation (SDF). Ban Pred Nai Community Mangrove Restoration and Community-based Coastal Resource Management: Internal Project Documentation (2025), unpublished project report.
[126] Steele, Paul, Gonzalo Oviedo, and David McCauley, eds. Poverty, Health, and Ecosystems: Experience from Asia (Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature (IUCN) and Asian Development Bank, 2007), https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2007-036.pdf.
[127] Community Members of Chiloé, Chile, interview by author, 2026.
[128] Miranda, Claudio D., Félix A. Godoy, and Matthew R. Lee. "Current Status of the Use of Antibiotics and the Antimicrobial Resistance in the Chilean Salmon Farms," Frontiers in Microbiology 9 (2018): 1284, https://doi.org/10.3389/fmicb.2018.01284.
[129] Washington State Department of Natural Resources. "Cypress Island Atlantic Salmon Pen Break," last updated October 4, 2019, https://dnr.wa.gov/aquatics/aquatic-stewardship/cypress-island-atlantic-salmon-pen- break?utm_source=chatgpt.com.
[130] Kim, Tammy E. "Washington State's Great Salmon Spill and the Environmental Perils of Fish Farming," The New Yorker (September 13, 2017), https://www.newyorker.com/tech/annals-of-technology/washington-states-great-salmon-spill- and-the-environmental-perils-of-fish-farming.
[131] Testimony of Chairman Jay Julius, Lummi Nation, U.S. Senate Committee on Commerce, Science and Transportation. "Feeding America: Making Sustainable Offshore Aquaculture a Reality" (October 16, 2019), https://www.commerce.senate.gov/wp-content/uploads/meetings/45A56A9C-F527-4CAC-8E60-3AF4F2B57576/10.16.19_%20Jay%20Julius%20Testimony.pdf.
[132] Negrete, Marta. "Escape of Salmon Fry from Icelandic Land-Based Hatchery," WEAREAQUACULTURE (September 30, 2024), https://weareaquaculture.com/news/aquaculture/escape-of-salmon-fry-from-icelandic-land-based-hatchery.
[133] Ford, Jennifer S. and Ransom A. Myers. "A Global Assessment of Salmon Aquaculture Impacts on Wild Salmonids," PLOS Biology 6, no. 2 (February 2008): e33, https://doi.org/10.1371/journal.pbio.0060033.
[134] Gezelius, H. "Icelandic Salmon Farmer Suffers Fry Escape Incident," Intrafish (September 27, 2024), https://www.intrafish.com/aquaculture/icelandic-salmon-farmer-suffers-fry-escape-incident/2-1-1716582.
[135] Atalah, Javier, and Pablo Sanchez-Jerez. "Global Assessment of Ecological Risks Associated with Farmed Fish Escapes," Global Ecology and Conservation 19 (2019): e00842, https://doi.org/10.1016/j.gecco.2019.e00842.
[136] Community Members of Chiloé, Chile, interview by author, 2026.

[137] Pizarro, V., and L. E. Beltrán. Capacidad de Carga del Embalse de Betania: Informe Final (Bogotá: Universidad Jorge Tadeo Lozano, 2008), Informe Final, Contrato No. 196/2007–Convenio 026/2007 IICA-INCODER.
[138] Arenas Jaimes, Fabio. "Huila: alerta por mortandad de peces en la represa de Betania." El Tiempo, March 28, 2023.
[139] Steele, Paul, Gonzalo Oviedo, and David McCauley, eds. Poverty, Health, and Ecosystems: Experience from Asia (Gland, Switzerland: International Union for Conservation of Nature [IUCN], 2007), https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2007-036.pdf.
[140] Fundación Salvemos la Patagonia. Registry of Salmon Farming: Registry of Salmon Farming Concessions in Protected Areas of Chilean Patagonia. Santiago: Fundación Salvemos la Patagonia, 2026, https://www.salvemoslapatagonia.cl/eng/wp-content/uploads/2026/03/Catastro_ingles-RegistrySalmonFarming.pdf.
[141] Ibid.
[142] Niklitschek, Edwin J., Doris Soto, Alejandra Lafon, Carlos Molinet, and Pamela Toledo. "Southward Expansion of the Chilean Salmon Industry in the Patagonian Fjords: Main Environmental Challenges," Reviews in Aquaculture 5, no. 3 (2013): 172–195. https://doi.org/10.1111/raq.12012.
[143] Chakravarty, S. 'Capitalist development in India's seafood industry: Firms, nature and state in marine capture and aquaculture commodity frontiers, 1947-2024'. Queen Mary University of London. 2026. https://qmro.qmul.ac.uk/xmlui/handle/123456789/128531
[144] Community Members of Vidataltivu, Sri Lanka, interview by author, 2026.
[145] Reichling, Yves. "Senegalese Community Mobilises Against the Harmful Fishmeal Industry," Foodrise (October 1, 2024), https://foodrise.eu/senegalese-community-mobilises-against-the-harmful-fishmeal-industry/.
[146] FAO. Strategic Framework 2022–2031. https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/29404c26-c71d-4982- a899-77bdb2937eef/content.
[147] Community Members of Chiloé, Chile, interview by author, 2026.
[148] Ibid.
[149] Ibid.
[150] Ibid.
[151] Harrington, Andrew. "Chile Salmon Industry Statistics." WorldMetrics. (February 12, 2026). Accessed August 3, 2026. https://worldmetrics.org/chile-salmon-industry-statistics/
[152] Naranjo, Laura, Jorge Castillo, Valesca Montes, and Eleuterio Yáñez. "Calculating the Carbon Footprint of the Artisanal Common Hake Fishery (Merluccius gayi gayi) in Caleta Portales, Valparaíso, Chile," Latin American Journal of Aquatic Research 49, no. 4 (2021): 538–550, https://doi.org/10.3856/vol49-issue4-fulltext-2662.
[153] Cavan, Emma L., and Simeon L. Hill. "Commercial Fishery Disturbance of the Global Ocean Biological Carbon Sink." Global Change Biology 28 no 4 (2022): 1212–1221. https://doi.org/10.1111/gcb.16019.
[154] Buschmann, Alejandro H., Carlos A. Moreno, Paula A. Varela, Juan A. Vásquez, and Luis A. Vega. "A Review of the Impacts of Salmonid Farming on Marine Coastal Ecosystems in the Southeast Pacific." ICES Journal of Marine Science63, no. 7 (2006): 1338–1345. https://doi.org/10.1016/j.icesjms.2006.04.021
[155] Ortiz-Severín, Javiera, Christian Hodar, Camila Stuardo, Constanza Aguado-Norese, Felipe Maza, Mauricio González, and Verónica Cambiazo. "Impact of Salmon Farming in the Antibiotic Resistance and Structure of Marine Bacterial Communities from Surface Seawater of a Northern Patagonian Area of Chile." Biological Research 57, no. 1 (2024): 84. https://doi.org/10.1186/s40659-024-00556-4

[156] Community Members of Chiloé, Chile, interview by author, 2026.
[157] Pizarro, V., and L. E. Beltrán. Capacidad de Carga del Embalse de Betania: Informe Final.
[158] Arenas Jaimes, Fabio. “Huila: alerta por mortandad de peces en la represa de Betania,” El Tiempo (March 28, 2023).
[159] Gobernación del Huila. “Autoridades hacen frente a emergencia por mortalidad inusual de peces en el Huila” (May 24, 2023).
[160] Li, Y., et al. “The Role of Freshwater Eutrophication in Greenhouse Gas Emissions: A Review,” Science of the Total Environment 768 (May 10, 2021), https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2020.144582.
[161] Isabella, "Dampak Limbah Pengoperasian Tambak Udang Vaname Intensif di Kepulauan Karimunjawa ditinjau dari Konsep Ekofeminisme Vandana Shiva" (Skripsi S-1, Fakultas Filsafat, Universitas Gadjah Mada, 2024), abstrak.
[162] Ibid.
[163] Widiaratih, Rikha, C. Ya Patil, Anindya Wirasatriya, Ari B. Putranto, Lilik Maslukah, Widianingsih, Widodo S. Pranowo, Daenk Himawan, and Eridhani D. Satya. “Eutrophication-Driven Trichodesmium erythraeum Blooms in Karimunjawa National Park, Indonesia.” Limnology and Freshwater Biology, no. 6 (2025): 1268–1280. https://doi.org/10.31951/2658-3518-2025-A-6-1268.
[164] Daerah, Redaksi. “KLHK Tindak Tegas 4 Pengusaha Tambak Udang Perusak Taman Nasional Karimunjawa,” SumatraKini (December 4, 2023), https://www.sumatrakini.com/read/klhk-tindak-tegas-4-pengusaha-tambak-udang- perusak-taman-nasional-karimunjawa.
[165] Community Members of Karimunjawa, Indonesia, interview by author, 2026.
[166] Swapan, Mohammad Shahidul Hasan, and Michael Gavin. “A Desert in the Delta: Participatory Assessment of Changing Livelihoods Induced by Commercial Shrimp Farming in Southwest Bangladesh,” Ocean & Coastal Management 54,no. 1 (2011): 45–54, https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2010.10.011.
[167] Hayek, M. “Maine Should Better Understand the Risks of Salmon Farming,” The Ellsworth American (August 3, 2026), https://www.ellsworthamerican.com/opinion/commentary/maine-should-better-understand-the-risks-of-salmon- farming/article_abb20b65-bb6d-4c28-8762-5e09a6b46414.html.
[168] Interviews Cooke Aquaculture, U.S. and Canada, 2026.
[169] Aquaculture North America Staff, Cooke Aquaculture acquires AquaBounty’s PEI facility for planned expansion, Aquaculture North America. March 5, 2025. https://www.aquaculturenorthamerica.com/cooke-aquaculture-acquires- aquabountys-pei-facility-for-planned-expansion/
[170] Evidence Report
[171] Morgera, Elisa. Transforming Food Systems for a Safe Climate and Health for All. Report of the Special Rapporteur on the Promotion and Protection of Human Rights in the Context of Climate Change, A/HRC/62/44 (Geneva: United Nations, 2026), https://digitallibrary.un.org/record/4114519?ln=en&utm_source=chatgpt.com&v=pdf.
[172] Niang, Amagor Robert. “Historic Fishmeal Litigation: Factory Pollutes Environment and Illegally Dumps Waste in Local Lake.” Greenpeace Africa, October 7, 2022. https://www.greenpeace.org/africa/en/press/52406/historic-fishmeal- litigation-factory-pollutes-environment-and-illegally-dumps-waste-in-local-lake/.
[173] Morgera, Elisa. Transforming Food Systems for a Safe Climate and Health for All, A/HRC/62/44 (Geneva: United Nations, 29 April 2026), para. 26.

[174] Nugroho, David, Norma Afiati, Pujiono Wahyu Purnomo, Diah Ayuningrum, and Oktavianto Eko Jati. "Tingkat Sensitivitas Ekosistem Terumbu Karang oleh Buangan Limbah Tambak Udang (Litopenaeus vannamei) di Pesisir Pantai Legon Boyo, Karimunjawa," Jurnal Pasir Laut 8, no. 2 (2024): 114–122, https://doi.org/10.14710/jpl.2024.65553.
[175] Fatharini, Anjani Tri, Muhammad Arief Zuliyan, Azaria Eda Pradana, and Aulia Nur Aini. "From UNCLOS to Local Implementation: The Case of Illegal Shrimp Pond in Karimunjawa, Indonesia." IOP Conference Series: Earth and Environmental Science 1537, no. 1 (September 2025): 012010. https://doi.org/
[176] Community Members in Indonesia, interview by author, 2026.
[177] Haleem, Mohamed, and Mohamed Haleem. "Socioeconomic Assessment and Monitoring," Socioeconomic Assessment and Monitoring for Vidathaltivu, Mannar District, Northern Province, Sri Lanka, 2020.
[178] Ibid.
[179] Borham, Maneshka. "This Mangrove Forest Survived the War But May Not Survive a Shrimp Farm," Roar Media (January 10, 2023), https://archive.roar.media/english/life/environment-wildlife-life/this-mangrove-forest-survived-the-war- but- may-not-survive-a-shrimp-farm.
[180] SeafoodSource. "Atman Group Investment in Taprobane Seafood to Lift Sri Lanka's Vannamei Production," SeafoodSource (November 10, 2021), https://www.seafoodsource.com/news/business-finance/atman-group-investment-in- taprobane-seafood-t o-lift-sri-lanka-s-vannamei-production.
[181] Ishikawa, Walther. "Uçá – Ucides cordatus." Planeta Invertebrados. (July 23, 2012). https://www.planetainvertebrados.com.br/index.asp?pagina=especies_ver&id_categoria=25&id_subcategoria=0&com=1&i d=188&local=2
[182] Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN). "Carcinicultura: Ministro do STF Mantém Entendimento do TJRN sobre Constitucionalidade de Lei Estadual." TJRN Notícias, (June 16, 2023). https://tjrn.jus.br/noticias/21638- carcinicultura-ministro-do-stf-mantem-entendimento-do-tjrn-sobre-constitucionalidade-de-lei-estadual/
[183] Sathirathai, Suthawan, and Edward B. Barbier. "Valuing Mangrove Conservation in Southern Thailand," Contemporary Economic Policy 19, no. 2 (2001): 109–122, https://doi.org/10.1111/j.1465-7287.2001.tb00054.x.
[184] Steele, Paul, Gonzalo Oviedo, and David McCauley, eds. Poverty, Health, and Ecosystems: Experience from Asia (Gland, Switzerland: IUCN; Manila: Asian Development Bank, 2007), https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2007-036.pdf
[185] Patmasiriwat, Direk, Onno J. Kuik, and Sunil Pednekar. The Shrimp Aquaculture Sector in Thailand: A Review of Economic, Environmental and Trade Issues, CREED Working Paper 19 (London: International Institute for Environment and Development and Institute for Environmental Studies, 1998), https://www.iied.org/sites/default/files/pdfs/migrate/8104IIED.pdf
[186] Steele, Paul, Gonzalo Oviedo, and David McCauley, eds. Poverty, Health, and Ecosystems: Experience from Asia.
[187] Prasertcharoensuk, R. Field Observations and Interviews Conducted in Ban Pred Nai, Trat Province. Sustainable Development Foundation (2026), unpublished field notes.
[188] Steele, Paul, Gonzalo Oviedo, and David McCauley, eds. Poverty, Health, and Ecosystems: Experience from Asia.
[189] Sustainable Development Foundation (SDF). Ban Pred Nai Community Mangrove Restoration and Community-Based Coastal Resource Management: Internal Project Documentation, unpublished project report.
[190] Bustos, Beatriz, and Álvaro Román. "A Sea Uprooted: Islandness and Political Identity on Chiloé Island, Chile." Island Studies Journal 14, no. 2 (2019): 97–114. https://doi.org/10.24043/isj.91.

[191] Fundación Salvemos la Patagonia. Registry of Salmon Farming: Registry of Salmon Farming Concessions in Protected Areas of Chilean Patagonia. Santiago: Fundación Salvemos la Patagonia, 2026, https://www.salvemoslapatagonia.cl/eng/wp-content/uploads/2026/03/Catastro_ingles-RegistrySalmonFarming.pdf

[192] Niklitschek, Edwin J., Doris Soto, Alejandra Lafon, Carlos Molinet, and Pamela Toledo. "Southward Expansion of the Chilean Salmon Industry in the Patagonian Fjords: Main Environmental Challenges," Reviews in Aquaculture 5, no. 3 (2013): 172–195, https://doi.org/10.1111/raq.12012

[193] Molinari, Christian. "UN Special Rapporteur Calls Salmon Farming a 'Main Environmental Threat' Facing Chile," SeafoodSource (April 10, 2024), https://www.seafoodsource.com/news/aquaculture/-salmon-farming-is-one-of-the-main-environmental-threats-facing-patagonia-un-special-rapporteur-report

[194] David R. Boyd. Visit to Chile: Report of the Special Rapporteur on the Issue of Human Rights Obligations Relating to the Enjoyment of a Safe, Clean, Healthy and Sustainable Environment, UN Doc. A/HRC/55/43/Add.1 (Geneva: United Nations Human Rights Council, January 3, 2024), iv, 19, https://www.ohchr.org/en/documents/country-reports/ahrc5543add1-visit-chile-report-special-rapporteur-issue-human-rights

[195] Nova Scotia Department of Fisheries and Aquaculture. Decision on Application to Renew a Marine Aquaculture Licence: Aquaculture Licence No. 1006 (September 12, 2025). https://novascotia.ca/fish/aquaculture/public-information/public-notice/2025.09.12-Decision-AQ1006.pdf.

[196] Mughees, Madiha. Coastal protection group demands 'level-playing field' for lobster fishers after Aquaculture Review Board favours multinational company, Halifax Examiner. (February 26, 2026). https://www.halifaxexaminer.ca/government/province-house/coastal-protection-group-demands-level-playing-field-for- lobster-fishers-after-aquaculture-review-board-favours-multinational-company/

[197] Ibid, 189.

[198] Greenpeace International. "Fishmeal Factory Pollutes Environment and Illegally Dumps Waste in Local Lake," Press release (October 6, 2022), https://www.greenpeace.org/international/press-release/55992/fishmeal-factory-pollutes- environment-and-illegally-dumps-waste-in-local-lake/

[199] Ibid.

[200] Rubatheesan, S. "Shrimp Farm Wastewater Breaches Environmental Laws," The Sunday Times (Sri Lanka) (September 10, 2023), https://www.sundaytimes.lk/230910/news/shrimp-farm-wastewater-breaches-environmental-laws-531988.html

[201] Community Members of Vidataltivu, Sri Lanka, interview by author, 2026.

[202] Ibid.

[203] Corporate Accountability Lab. "Hidden Harvest: Human Rights and Environmental Abuses in India's Shrimp Industry" (March 20, 2024): 68–74, https://corpaccountabilitylab.org/hidden-harvest

[204] La Via Campesina. "Sri Lanka: Social Movements Allege Large-Scale Land Diversion from Nature Reserve for Industrial Aquaculture Project," La Via Campesina (July 19, 2024), https://viacampesina.org/en/2024/07/sri-lanka-social- movements-allege-large-scale-land-diversion-from-nature-reserve-for-industrial-aquaculture-project/

[205] Borham, Maneshka. "This Mangrove Forest Survived the War But May Not Survive a Shrimp Farm."

[206] Fernando, Shabiya Ali Ahlam. "Sri Lanka's Shrimp Industry Accused of Destroying Mangroves and Threatening Livelihoods," The Morning (July 19, 2024), https://www.themorning.lk/articles/hmoB7gJh8SDI1PEUy826

[207] Cassidy, Maddie. "First Shrimp Producer in Sri Lanka Qualified to Offer Three-Star BAP Status," Global Seafood Alliance (November 3, 2021), https://www.globalseafood.org/blog/taprobane-three-star-bap/

[208] FAO. Strategic Framework 2022–2031. https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/29404c26-c71d-4982-a899-77bdb2937eef/content
[209] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO). "Chiloé Agriculture, Chile." Globally Important Agricultural Heritage Systems (GIAHS). Accessed August 3, 2026. https://www.fao.org/giahs/giahs-around-the-world/chile-chiloe-agriculture/en
[210] Colectiva Callejeras. "Maritorias: Cartografías desde la orilla, Chiloé," Callejeras (September 22, 2022), https://callejeras.org/2022/09/22/maritorias-cartografias-desde-la-orilla-chiloe/.
[211] Newen, M. "El Maritorio entra al debate constitucional de la mano de la ciencia y los pueblos originarios." Mapuexpress, February 15, 2022. Mapuexpress article.
[212] Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN). "Carcinicultura: Ministro do STF Mantém Entendimento do TJRN sobre Constitucionalidade de Lei Estadual." TJRN Notícias, June 16, 2023. https://tjrn.jus.br/noticias/21638- carcinicultura-ministro-do-stf-mantem-entendimento-do-tjrn-sobre-constitucionalidade-de-lei-estadual/
[213] Araos, Francisco, Jeremy Anbleyth-Evans, Wladimir Riquelme Maulén, Carlos Hidalgo, Francisco Brañas, Emilia Catalán, David Núñez, and Florencia Diestre.. "Marine Indigenous Areas: Conservation Assemblages for Sustainability in Southern Chile." Coastal Management 48 (2020): 289–307. https://doi.org/10.1080/08920753.2020.1773212
[214] Carrasco-Bahamonde, Daniel, Antonia Casellas, and Francisco Araos. "Getting Our Sea Back: Indigenous Governance and Biocultural Conservation of Coastal and Marine Commons," Marine Policy 178 (2025): 106705, https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0308597X25001204?via%3Dihub
[215] Salvemos la Patagonia. Registry of Salmon Farming: Registry of Salmon Farming Concessions in Protected Areas of Chilean Patagonia. Santiago: Fundación Salvemos la Patagonia, 2024, https://www.salvemoslapatagonia.cl/eng/wp- content/uploads/2026/03/Catastro_ingles-RegistrySalmonFarming.pdf
[216] Fundación Salvemos la Patagonia. Registry of Salmon Farming: Registry of Salmon Farming Concessions in Protected Areas of Chilean Patagonia. Santiago: Fundación Salvemos la Patagonia, 2026. https://www.salvemoslapatagonia.cl/eng/wp- content/uploads/2026/03/Catastro_ingles-RegistrySalmonFarming.pdf
[217] Mapes, Lynda V. Fish-farming company offered money for Lummi Nation's silence about net pens, letters show, Seattle Times. October 12, 2017. https://www.seattletimes.com/seattle-news/environment/fish-farming-company-offered-money- for-lummi-nations-silence-about-net-pens-letters-show/
[218] Ibid
[219] Ibid
[220] Community Members of Vidataltivu, Sri Lanka, interview by author, 2026.
[221] Corporate Accountability Lab. "Hidden Harvest: Human Rights and Environmental Abuses in India's Shrimp Industry" (March 20, 2024), https://corpaccountabilitylab.org/hidden-harvest
[222] Canal Rural. "Dos Viveiros para a Mesa: Cultivo de Camarão Impulsiona Economia do Nordeste" (June 12, 2022), https://www.canalrural.com.br/pecuaria/dos-viveiros-para-a-mesa-cultivo-de-camarao-impulsiona-economia-do-nordeste/
[223] Panorama da Aquicultura. "MPF Apresenta Ação contra Carcinicultores que Poluem Rios" (June 21, 2018), https://panoramadaaquicultura.com.br/mpf-apresenta-acao-contra-carcinicultores-que-poluem-rios/

[224] Serpa, Egídio. “Camarão: Cristiano Maia Investe R$ 300 Milhões para Ser o Maior do País.” Diário do Nordeste (October 1, 2025), https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/egidio-serpa/camarao-cristiano-maia- investe-r-300-milhoes-para-ser-o-maior-do-pais-1.3695660

[225] Serpa, Egídio. “Samaria Rações Investe R$ 50 Milhões, Amplia-se e Dobra Produção,” Diário do Nordeste (April 14, 2026), https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/opiniao/colunistas/egidio-serpa/samaria-racoes-investe-r-50-milhoes- amplia-se-e-dobra-producao-1.3757072

[226] Omega Protein, Cooke Inc. acquires Omega Protein Corporation [Press Release]. Dec. 19, 2017 https://omegaprotein.com/cooke-inc-acquires-omega-protein-corporation/

[227] Chase, Chris. Cooke finalizes acquisition of Copeinca, Seafood Source. Nov. 26, 2024. https://www.seafoodsource.com/news/business-finance/cooke-finalizes-acquisition-of-copeinca

[228] Tassal Food Service, Cooke Inc. Acquires Tassal Group Limited [Press Release]. 1 Sept 2023 https://tassalfoodservice.com.au/cooke-inc-acquires-tassal-group-limited/

[229] French, Eddward, Cooke to expand with acquisition of Mowi Canada East's fish farms. The Quoddy Times. 10 July 2026. https://www.quoddytides.com/cooke-to-expand-with-acquisition-of-mowi-canada-easts-fish-farms/

[230] Mis Peces, Cooke finalises definitive agreement for AVRAMAR acquisition following new banking MoU. 13 May 2026. https://www.mispeces.com/en/news/Cooke-finalises-definitive-agreement-for-AVRAMAR-acquisition-following-new- banking-MoU/

[231] Fundación Salvemos la Patagonia. Registry of Salmon Farming: Registry of Salmon Farming Concessions in Protected Areas of Chilean Patagonia. Santiago: Fundación Salvemos la Patagonia, 2026. https://www.salvemoslapatagonia.cl/eng/wp-content/uploads/2026/03/Catastro_ingles-RegistrySalmonFarming.pdf

[232] Community Members of Indonesia, interview by author, 2026.

[233] Ibid.

[234] Fernando, Shabiya Ali Ahlam. “Sri Lanka’s Shrimp Industry Accused of Destroying Mangroves and Threatening Livelihoods.” The Morning, July 19, 2024. https://www.themorning.lk/articles/hmoB7gJh8SDI1PEUy826

[235] Sustainable Development Foundation (SDF). (2025). Ban Pred Nai community mangrove restoration and community- based coastal resource management: Internal project documentation. Unpublished project report.

[236] Committee for the Defense and Development of Flora and Fauna of the Gulf of Fonseca: https://coddeffagolf.org/

[237] Goldman Environmental Prize. “Jorge Varela,” 1999. https://www.goldmanprize.org/recipient/jorge-varela/

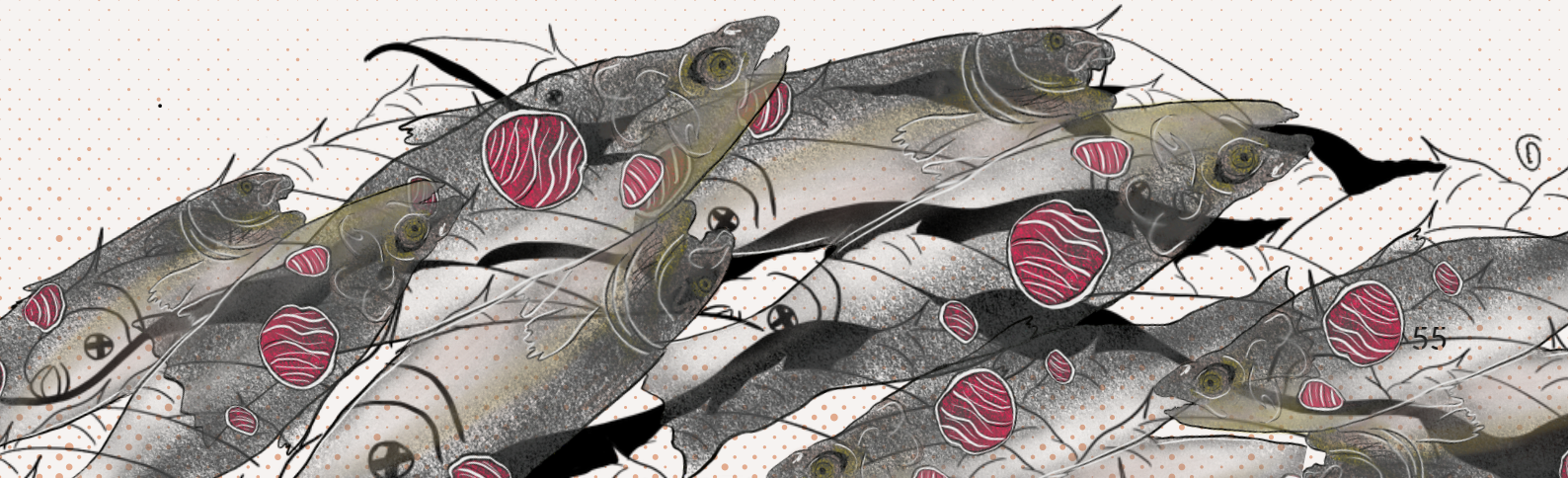
[238] Ibid.

[239] Environmental Justice Foundation. Smash and Grab: Conflict, Corruption and Human Rights Abuses in the Shrimp Farming Industry. London: Environmental Justice Foundation, 2003, https://ejfoundation.org/resources/downloads/smash_and_grab.pdf

[240] Ibid, 15–18.

[241] Ibid, 3.

[242] Allsopp, M., P. Johnston, and D. Santillo. “Challenging the Aquaculture Industry on Sustainability,” (Amsterdam: Greenpeace International, 2008), 10, https://www.greenpeace.org/static/planet4-usa-stateless/2024/11/677af241- challenging-aquaculture.pdf
[243] Perdomo Reyes, Daniela. “Pescador en Betania fue asesinado por las disidencias,” Neiva Estereo (August 16, 2023), https://neivaestereo.co/pescador-en-betania-fue-asesinado-por-las-disidencias/
[244] Ibid.
[245] Betancur Alarcón, Laura, Tobias Krueger, and Rossella Alba. “Meandering Fear: Violences Against Artisanal Fishers Collectives in Post-Peace Agreement Colombia” (2025), manuscript submitted for publication.
[246] Gokkon, Basten. “Indonesian Activist Freed in Hate Speech Case After Flagging Illegal Shrimp Farms,” Mongabay (May 23, 2024), https://news.mongabay.com/2024/05/daniel-frits-maurits-tangkilisan-indonesia-environmental-activist- exonerated-illegal-shrimp-farm-hate-speech-karimunjawa-marine-protected-area/.
[247] Ibid.
[248] Ibid.
[249] Ibid.
[250] Padhi, Ranjana, and Nigamananda Sadangi. Resisting Dispossession: The Odisha Story. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.
[251] Environmental Justice Foundation, Impossibly Cheap: Abuse and Injustice in Bangladesh's Shrimp Industry (London: Environmental Justice Foundation, 2014), https://ejfoundation.org/resources/downloads/Impossibly_Cheap_Web.pdf
[252] Veuthey, S., & Gerber, J. F. (2012). Accumulation by dispossession in coastal Ecuador: Shrimp farming, local resistance and the gender structure of mobilizations. Global Environmental Change, 22(3), 611-622.
[253] Evidence Report
[254] Franco, Jennifer C., and Saturnino M. Borras Jr. The 5Rs in Myanmar: Five Principles for a Future Federal Democratic System Where Rural Working People Can Flourish. Amsterdam: Transnational Institute, 2021, https://www.tni.org/en/publication/the-5rs-in-myanmar
[255] Following the discussions of global fisher movements at the Global Nyéléni Forum in Sri Lanka, and at the Second International Conference on Agrarian Reform and Rural Development (ICARRD+20). 5Rs framework is adapted from Franco, Jennifer C., and Saturnino M. Borras Jr. The 5Rs in Myanmar: Five Principles for a Future Federal Democratic System Where Rural Working People Can Flourish. Amsterdam: Transnational Institute, 2021. https://www.tni.org/en/publication/the-5rs-in-myanmar.
[256] Nyéléni Global Forum. “The Common Political Action Agenda,” Nyéléni (May 28, 2026), https://nyeleni.org/en/the-common-political-action-agenda/




GLOBAL FIGHT AGAINST INDUSTRIAL AQUACULTURE
FISH4FOODSOVEREIGNTY.ORG